

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Cesan encerrou o ano de 2018 grifando um novo marco para a sua história, o maior resultado econômico alcançado ao longo dos seus 51 anos de atividades. As conquistas são resultado do trabalho comprometido de seus empregados que dá concretude ao modelo de gestão adotado pela empresa.

O lucro líquido do exercício de 2018 foi de R\$ 191,8 milhões, 51,4% superior ao lucro de 2017. A receita líquida atingiu R\$ 813,1 milhões, um crescimento de 7,4% em relação a 2017. Os custos dos serviços prestados alcançaram R\$ 433,4 milhões contra R\$ 399,0 milhões em relação ao exercício anterior, um aumento de 8,65%. Em contrapartida, as despesas administrativas, comerciais, financeiras e outras despesas somaram R\$ 167,9 milhões frente a R\$ 216,5 milhões em 2017, uma redução de 28,9% demonstrando que a política de redução de despesas adotada pela companhia a partir do exercício de 2015 foi primordial para se alcançar este resultado.

A construção de novos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário receberam investimentos no montante de R\$ 226,1 milhões, beneficiando 2,3 milhões de pessoas com água tratada de qualidade e 1,5 milhão de pessoas com coleta e tratamento de esgoto. Para o período de 2019 a 2023 estão garantidos mais de R\$ 2 bilhões, provenientes de recursos próprios, do Tesouro Estadual através do financiamento com o Banco Mundial e de financiamento oneroso junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Nordeste e Caixa Econômica Federal.

A contratação para a construção da Barragem dos Imigrantes, no Rio Jucu, que terá capacidade para armazenar aproximadamente 20 bilhões de litros de água para abastecer a Região Metropolitana, foi concluída, e foi emitida a Ordem de Serviço (OIS) para elaboração dos projetos básicos e executivos.

A Parceria Público-Privada (PPP) para o município de Cariacica está em fase preparatória para a licitação ainda em 2019.

Foram iniciados ainda empreendimentos de esgotamento sanitário do Programa de Gestão Integrada das Águas e da Paisagem, o maior programa ambiental já realizado no Espírito Santo, que tem financiamento do Banco Mundial e vai investir cerca de R\$ 1,2 bilhão em cinco anos. O programa tem ações nas áreas de recursos hídricos e gestão de desastres; eficiência dos serviços e ampliação da cobertura de esgotamento sanitário e gestão de mananciais e da cobertura florestal.

Estão em andamento obras de esgotamento sanitário nos municípios de Ibatiba, Iúna, Conceição do Castelo, Divino de São Lourenço, Dolores do Rio Preto, Irupi, Marechal Floriano, Santa Maria de Jetibá e Santa Leopoldina, por meio do Programa de Gestão Integrada das Águas e da Paisagem, além da Serra e Vila Velha, através das Parcerias Público-Privadas (PPP), e de Ponta da Fruta (Vila Velha), Meaípe (Guarapari), Pancas, Viana, Água Doce do Norte, São José do Calçado e Floresta do Sul, em Pedro Canário. Foram inaugurados os sistemas de esgotamento sanitário em Mantenedópolis, Pedro Canário, Pinheiros e Carapebus (Serra).

A Cesan encerra o ano de 2018 com cobertura de abastecimento de água de 99,9% e de coleta e tratamento de esgoto de 65%, com meta de universalizar estes serviços até o ano de 2030.

Guiada por um planejamento estratégico consistente e consonante com a legítima necessidade do cidadão capixaba, a Cesan reafirma seu propósito de levar serviço de saneamento básico a todos os moradores das cidades onde está presente, prestando serviço de qualidade, promovendo a melhoria na saúde das pessoas e contribuindo para o desenvolvimento socioambiental.

Os bons resultados inspiram e fortalecem nosso compromisso com o Espírito Santo.

A Administração

1 GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Lei Federal 13.303/2016 regulamentou a atividade econômica das empresas públicas e das sociedades de economia mista, com regras mais rígidas para licitações e compras, nomeações de diretores, presidentes e membros de conselho de administração. Além da necessidade de elaboração de código de conduta e integridade e definição de área responsável pela verificação de cumprimento de obrigações e gestão de riscos, entre outros.

Em 2018 foi criado o Comitê de Elegibilidade para atuar e avaliar requisitos dos membros indicados para Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria e apoio ao acionista majoritário. Estabelecimento

de procedimentos para avaliação dos diretores e membros do Comitê de Auditoria Estatutário, além da instrumentalização para avaliação de desempenho pelos conselheiros.

Além disso, foi criada a Coordenadoria de Riscos e Conformidades responsável por propor Política Institucional de Gestão de Riscos Corporativos, elaborar padrões de trabalho, definir estratégias de disseminação e sensibilização referentes à Gestão de Riscos Corporativos, revisar o Código de Conduta e Integridade da Empresa, propor política interna de prevenção contra a prática de atividades ilegais, fazer cumprir o que determina a Lei de Acesso à Informação e representar a Cesan na Ouvidoria Geral do Estado.

Políticas

A partir da publicação da Lei Federal nº 13.303/2016 a companhia revisou suas práticas de gestão corporativa, instituindo políticas de governança a fim de dar maior transparência para seus acionistas, clientes e demais partes interessadas, sendo implantado em 2018 as políticas citadas abaixo:

Política de Transações entre as Partes Relacionadas e outras Situações de Conflitos de Interesse

Esta Política tem por finalidades: (I) assegurar que as transações da Cesan envolvendo Partes Relacionadas sejam realizadas em termos não menos favoráveis à Cesan do que seriam caso fossem realizadas com terceiros que não são Partes Relacionadas e, (II) estabelecer regras para dirimir eventuais Conflitos de Interesses relacionados ao desenvolvimento das atividades da Cesan e/ou a qualquer decisão da Administração ou de acionistas da Cesan, principalmente no que diz respeito às Transações com Partes Relacionadas.

Política de Gerenciamento de Riscos

Esta Política estabelece as diretrizes a serem observadas no processo de gerenciamento de ocorrência de eventos que afetem a capacidade da CESAN de atingir seus objetivos. São inerentes a qualquer atividade e podem afetar os ativos, resultados, imagem ou continuidade dos negócios.

Política de Porta-Vozes

Preservar a imagem e a reputação da Cesan junto às partes interessadas, resguardando as informações que, por dever de sigilo, não puderem ser fornecidas. Eliminar risco de contradição em relação às informações prestadas pelas pessoas autorizadas a falar pela Cesan para veículos de imprensa tradicionais, mídias digitais ou em qualquer ocasião em que a Companhia seja representada em eventos públicos com a sociedade organizada em seus diversos encontros.

Política de Divulgação de Informações

Regular a divulgação e o uso de informações de grande importância ocorridas nas atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, no desempenho econômico-financeiro e análise dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa relevantes para a Cesan.

Política de Distribuição de Dividendos

Definir as práticas adotadas pela Cesan quanto à remuneração dos acionistas, de modo a dar transparência ao mercado e aos investidores, proporcionando-lhes segurança a respeito das métricas de distribuição dos resultados da Companhia, previsibilidade nos rendimentos e buscando atender aos melhores padrões de Governança Corporativa.

2 CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO

Ao longo de 2018 a Cesan manteve as 52 concessões, das quais 23 estão renovadas conforme a Lei 11.445/07. A empresa também prestou apoio técnico a vários municípios na elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) com o objetivo de ampliar os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como contribuir para a universalização dos serviços nos municípios que detêm as concessões de acordo com plano do governo do Estado 20-30.

Durante o exercício de 2018 a Cesan celebrou 08 contratos de programa de acordo com a Lei 11.445/2007 para prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios de Ibatiba, Água Doce do Norte, Atílio Vivacqua, Brejetuba, Santa Maria de Jetibá, Cariacica, Viana e Castelo.

A Companhia espera realizar a renovação das concessões em todos os municípios atendidos nos próximos anos.

3 RESPONSABILIDADE SOCIAL

3.1 Saneamento em pequenas comunidades rurais

O Pró-Rural é um programa especial criado em 1991 para atender às comunidades de pequeno porte na elaboração de projetos e execução de obras de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A Cesan custeia levantamentos, visitas, treinamentos e projetos, além de contratar e fiscalizar as obras, com recursos diretos do Governo do Estado ou através da Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano (Sedurb), em parceria com as prefeituras municipais.

O Pró-Rural adota o autogerenciamento, em que a comunidade opera e mantém os sistemas com apoio da prefeitura municipal e suporte técnico e socioeducativo da Cesan no tratamento e treinamento de operadores, na manutenção eletromecânica em equipamentos e na mobilização comunitária para viabilizar a autogestão.

Em 2018 a Cesan elaborou projetos e realizou atendimentos de suporte à operação de sistemas existentes, priorizando a parceria com as comunidades e prefeituras na gestão dos sistemas e no desenvolvimento de projetos de engenharia destinados a imediata licitação e execução das obras, dentre os quais pode-se destacar projetos de sistemas de abastecimento de água para as localidades Vila Nass e Caramuru, Baixo São Sebastião e Belém, Santa Luzia e Recreio, no município de Santa Maria de Jetibá; Fortaleza, em Muniz Freire; Nove Horas em Santa Leopoldina; Vila Amizade, Vila Cedro e Vila Madalena, em Brejetuba; Andana e Jaboticaba, em Guarapari; Alto São José, em Atílio Vivacqua e Santa Clara, em Ibatiba. Atualmente a Cesan trabalha com a atualização de diagnósticos em várias comunidades rurais nos municípios dentro de sua área de concessão, com o objetivo de garantir a continuidade dos serviços.

Através do Programa Pró-Rural a Cesan realiza atendimentos às solicitações de suporte técnico e operacional como vazamentos, pequenas adequações às instalações hidráulicas, manutenção em geradoras de cloro, capacitação de operadores, coleta de amostras para análises de água, pequenas reformas, limpeza de poço tubular profundo, limpeza e desobstrução de redes e adutoras, dentre outras.

3.2 Tarifa social e subvenção

A tarifa social é um benefício concedido em forma de desconto sobre as tarifas de água e esgoto para clientes de baixa renda inscritos nos programas sociais Bolsa Família, Bolsa Capixaba, Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC), Programa Minha Casa Minha Vida - Faixa I e Entidades - recursos FDS. O benefício teve um crescimento de 136,6% nos últimos quatro anos.

A perspectiva em 2019 é a ampliação da tarifa social com bases mais flexíveis, incluindo CAD Único como base para receber o benefício. Esta solicitação já foi formalizada junto ao ente regulador.

A subvenção de tarifa é um benefício concedido como desconto sobre as tarifas de água e esgoto a entidades beneficentes de assistência social sem fins lucrativos, caracterizadas pela prestação gratuita de serviços à sociedade e que tenham personalidade jurídica de direito privado e reconhecimento de utilidade pública pelos órgãos que tratam do bem estar social. Os descontos são de 50% da tarifa e o valor total mensal destinado às subvenções não pode ultrapassar 0,2% (dois décimos por cento) da receita operacional da Cesan. Até dezembro de 2018, 55 entidades foram beneficiadas por esta ação.

Imóveis beneficiados com tarifa social (Nº)

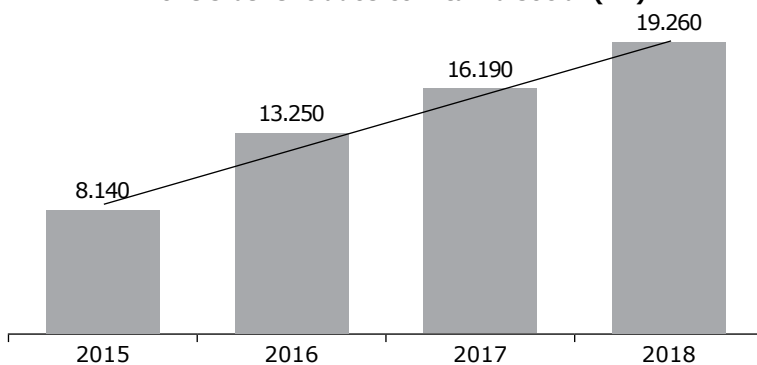


Gráfico 1: Imóveis beneficiados com tarifa social

4 MEIO AMBIENTE, RELAÇÕES COM A COMUNIDADE E CONTROLE DA QUALIDADE

4.1 Gestão ambiental

A Cesan conta com uma Divisão de Gestão Ambiental, que coordena as ações de controle e regularização ambiental para adequar as unidades operacionais à legislação ambiental vigente.

Uma equipe ambiental multidisciplinar composta por engenheiros com formação ambiental, civil, florestal e agrônômica; bióloga, química, tecnólogos ambientais e técnicos, atua junto às diversas áreas da Cesan, fornecendo orientação para a adequação dos controles ambientais relacionados a projetos, implantação e operação dos sistemas, de forma a atender à legislação e às determinações de órgãos ambientais.

Acompanhamento e controle são realizados de forma sistemática, para atendimento dos compromissos ambientais, principalmente as condicionantes das licenças, autorizações e portarias de outorga, visando cumprir prazos e auxiliar na elaboração de documentos enviados aos órgãos de controle e fiscalização.

Dentre as ações para regularização ambiental, estão as de compensação ambiental de obras onde houve supressão de mata ou que foram construídas em Área de Preservação Permanente, por meio dos Planos de Recuperação de Áreas Degradadas (PRADs). Desde 2016 a Cesan executa compensações ambientais com a recuperação de áreas que somam 25,89 hectares e R\$ 730 mil em investimentos, que serão concluídos até 2020, com o plantio de aproximadamente 34 mil mudas.

Dentre as ações de gestão ambiental, destaca-se o programa Rede Hidrométrica de Monitoramento dos Mananciais, que investe na aquisição de equipamentos de medição direta de vazão em rios de pequeno e médio porte, além de instalar estações fluviométricas para monitoramento do nível d'água dos mananciais.

4.2 Relações com a comunidade e educação ambiental

A Divisão de Relações com a Comunidade da Cesan desenvolve programas e projetos voltados para divulgar a importância dos serviços de saneamento, promover a adesão, uso e conservação dos sistemas de água e esgoto, além do diálogo e aproximação com a comunidade. O trabalho engloba as frentes comunicação social e mobilização comunitária e educação ambiental. Existem dois e-mails para interação com a sociedade: educa.ambiental@cesan.com.br e comunidade@cesan.com.br.

As atividades são desenvolvidas por meio de abordagens domiciliares, reuniões com lideranças e com a comunidade, capacitação em saneamento ambiental, visitas técnicas, atividades nas escolas, visitas monitoradas às estações de tratamento de água e esgoto, sonorização volante, cinema na comunidade, curso de bombeiro hidráulico, dentre outras ações.

Programa Comunicação Social e Mobilização Comunitária

- Comunicação Social de Obras
- Atendimento a Demandas Espontâneas das Comunidades referentes aos Serviços de Água e Esgoto
- Comunicação de Interrupção Programada nos Sistema de Abastecimento de Água
- 9º Encontro com Lideranças realizado em 2018.

Programa de Educação Ambiental

- Cesan na Escola
- Visitas Técnicas Monitoradas às ETAs e ETEs
- Unidade Móvel de Educação Ambiental.

Quadro quantitativo de pessoas atendidas nos projetos socioambientais no período de 2015 a 2018

ANO	NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS
2015	30.819
2016	43.062
2017	43.471
2018	23.366
TOTAL	140.718

4.3 Controle da qualidade

A Divisão de Controle de Qualidade da Cesan monitora a eficiência das estações de tratamento de água, de esgoto e o seu impacto ambiental. As atividades são desenvolvidas conforme a Portaria de Consolidação Nº 5, anexo XX, de 28/09/2017 do Ministério da Saúde, que dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. Segundo

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

a portaria, compete ao responsável pelo sistema de abastecimento de água para consumo humano exercer o controle da qualidade da água por meio de análises laboratoriais em amostras de água provenientes das diversas partes dos sistemas, dentre outras atividades. As informações de controle da qualidade são enviadas mensalmente às secretarias municipais de saúde, para abastecer o Sistema Nacional de Informações sobre a Qualidade da Água (Sisagua).

O trabalho é realizado de forma sistemática em todas as etapas de captação, tratamento, reservação e distribuição, para assegurar os padrões de potabilidade da água e cuidar da saúde do consumidor. Os laboratórios são equipados com instrumentos que otimizam e garantem o controle contínuo da qualidade.

Nas estações de tratamento de esgoto a Cesan mantém o controle dos efluentes conforme requisitos legais para lançamento em corpos receptores e condicionantes ambientais do licenciamento de cada unidade operacional.

A estrutura de controle da qualidade da Cesan conta com 91 laboratórios localizados nas estações de tratamento de água, laboratórios operacionais, e um laboratório central localizado em Cobi, no município de Vila Velha. Só nos laboratórios de Cobi e Araçás, no período de 2015 a 2018 foram realizadas mais de um milhão de análises.

O controle da qualidade da Cesan é certificado pela ISO 9001 desde 2006 e, desde 2015, os laboratórios centrais de Cobi e Araçás mantêm acreditação do INMETRO na Norma ISO 17025, que teve o escopo ampliado, passando de 12 parâmetros em 2017 para 18 em 2018.

4.4 Programa "Se liga na rede"

É uma iniciativa da Cesan, que visa à despoluição das praias e rios, por meio da mobilização da população para fazer a ligação dos imóveis às redes de esgoto. Em cada comunidade onde o sistema de esgotamento sanitário está liberado são promovidos encontros comunitários com as lideranças locais e representantes da Cesan atuam de porta em porta para explicar a importância da ligação de esgoto e estimular os moradores a conectar os imóveis à rede.

Em 2018 25,1 mil imóveis foram interligados aos serviços de esgotamento sanitário, um aumento de 5,1% em relação a 2017. Foram intensificadas as ações para despoluição da Baía de Vitória, que promoveu a ligação de grandes geradores de esgoto, como indústrias, comércios e condomínios, além de obras de interligação de novas redes e parcerias com prefeituras municipais.

Durante o ano o Comitê Se Liga na Rede atuou sobre demandas pontuais para aumentar o número de ligações ativas e ampliar a interação entre as diversas áreas da Cesan envolvidas nas ações que resultaram em novas ligações e no aumento do volume de esgoto coletado e tratado, com consequente redução da poluição hídrica.

5 DESEMPENHO OPERACIONAL

5.1 Sistemas de abastecimento de água

Em 2018, a Cesan abasteceu mais de 2,3 milhões de pessoas com água tratada. Obras de expansão dos sistemas de abastecimento de água e de crescimento vegetativo vêm acompanhando o crescimento populacional. Ressalta-se que a estimativa populacional sofreu uma redução devido à mudança da metodologia de cálculo populacional utilizada pelo IBGE.

População urbana abastecida [hab]

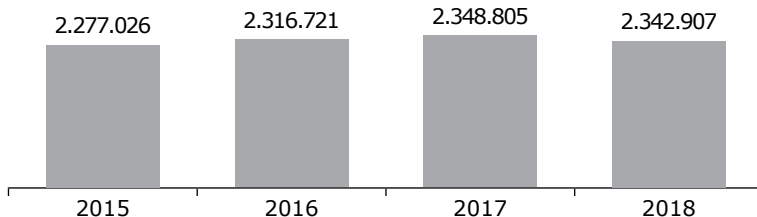


Gráfico 2: População urbana abastecida (hab)

Em contrapartida, verifica-se redução de 6,3 milhões de metros cúbicos no volume de água produzida de 2015 a 2018, resultado de melhorias nos sistemas de produção e distribuição de água e dos processos de controle.

Volume de água produzida [m³]

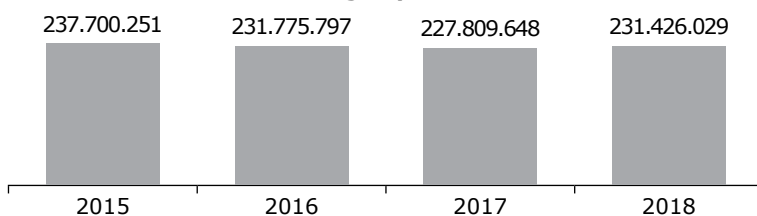


Gráfico 3: Volume de água produzida [m³]

Os gráficos do volume de água produzida no mês por habitante e de vazamentos totais acumulados no ano por 1000 ligações evidenciam a redução das perdas físicas de água entre 2015 e 2018.

Volume de água produzida no mês por habitante [m³/mês/hab]

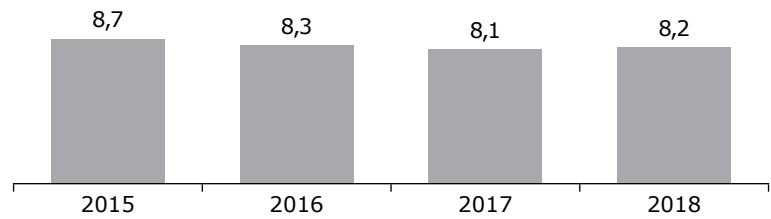


Gráfico 4: Volume de água produzida no mês por habitante (m³/mês/hab)

Vazamentos totais acumulados no ano [1.000 ligações]

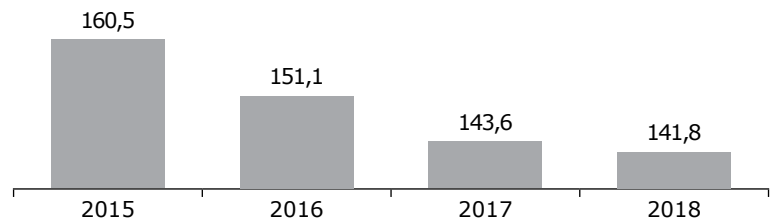


Gráfico 5: Vazamentos totais acumulados (por 1000 ligações/ano)

5.2 Sistemas de esgotamento sanitário

Em 2018 25,1 mil imóveis foram interligados aos serviços de esgotamento sanitário, um aumento de 5,1% com relação a 2017. A implantação, ampliação e expansão de redes e imóveis de esgoto beneficiaram 1,5 milhão de pessoas, um aumento de 5,8 %.

Imóveis ativos de esgoto [unidades]

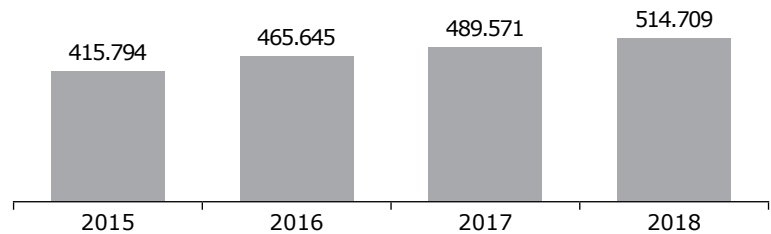


Gráfico 6: Economias Ativas de Esgoto (unidades)

População urbana coberta com serviços de esgotamento sanitário [hab]

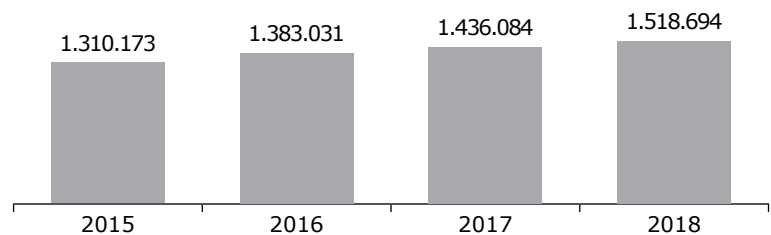


Gráfico 7: População Urbana Coberta com Esgotamento Sanitário (hab)

Com os empreendimentos que entraram em operação, a Cesan tratou 68,0 milhões de metros cúbicos de esgoto em 2018, que deixaram de ser lançados na natureza, reduzindo a poluição e melhorando a qualidade das praias, rios e lagoas.

Volume de esgoto tratado [m³]

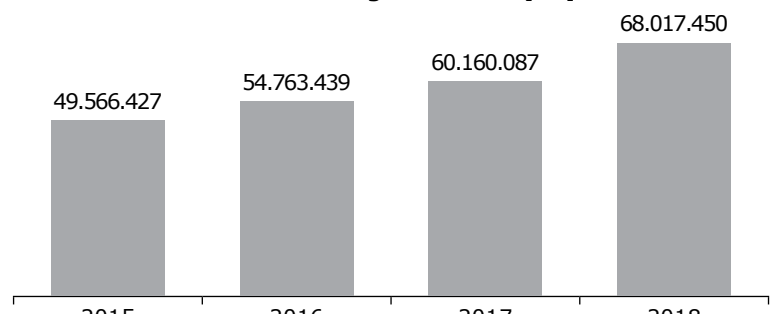


Gráfico 8: Volume de Esgoto Tratado (m³)

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

Abaixo o gráfico histórico com os índices de cobertura dos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto.

Índices de cobertura dos serviços [%]

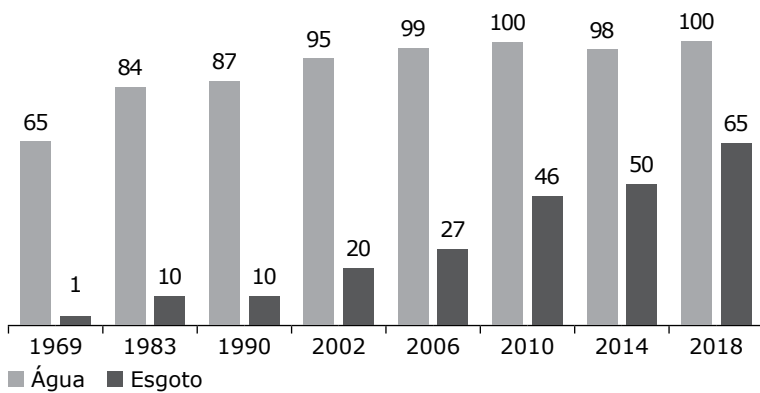


Gráfico 9: índices de cobertura dos serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto (%)

6 DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

6.1 Receitas

A receita operacional bruta atingiu R\$ 898,1 milhões, em média 7,4% superior aos R\$ 835,9 milhões de 2017. As receitas com os serviços de abastecimento de água aumentaram 5,1% em relação ao exercício de 2017, enquanto as receitas com os serviços de esgotamento sanitário aumentaram 13,23% decorrente do reajuste tarifário autorizado pela ARSP de 3,89% a partir de 16/08/2018, do incremento no número de imóveis a partir da entrada em operação de vários sistemas de esgotamento sanitário e o constante trabalho de conscientização da população pelo Programa "Se liga na Rede" e com as prefeituras municipais onde já existem redes instaladas para interligação na rede de coleta de esgoto.

RECEITA OPERACIONAL BRUTA	31.12.2018	31.12.2017
Receita Direta - Serv. Abast. Água	624.823	593.702
Receita Indireta - Serv. Abast. Água.....	6.393	6.747
Total das Receitas - Serv. Abast. Água.....	631.216	600.449
	31.12.2018	31.12.2017
Receita Direta - Serv. Esgot. Sanitário	266.030	235.095
Receita Indireta - Serv. Esgot. Sanitário ...	900	380
Total das Receitas - Serv. Esgot. Sanitário	266.930	235.475
	898.146	835.924

Receita operacional [R\$ milhões]

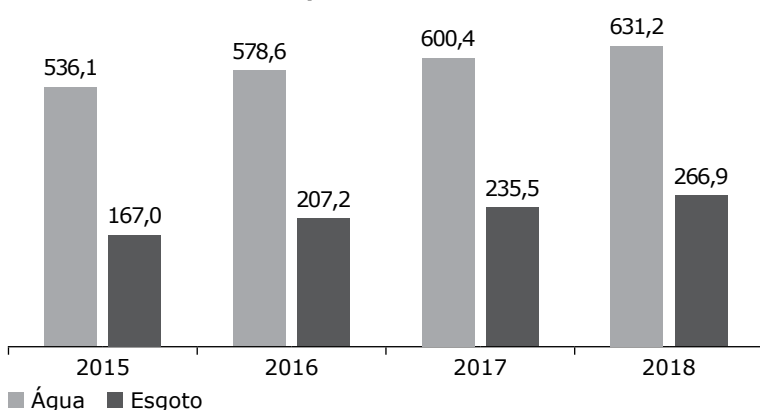


Gráfico 10: Receita Operacional [milhões]

Receitas totais

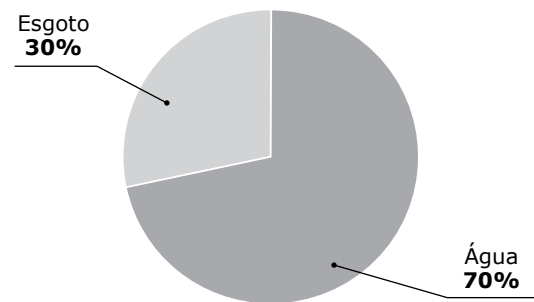


Gráfico 11: Receitas Totais

Detalhamento das fontes de receita, em 2018:

Serviços de água

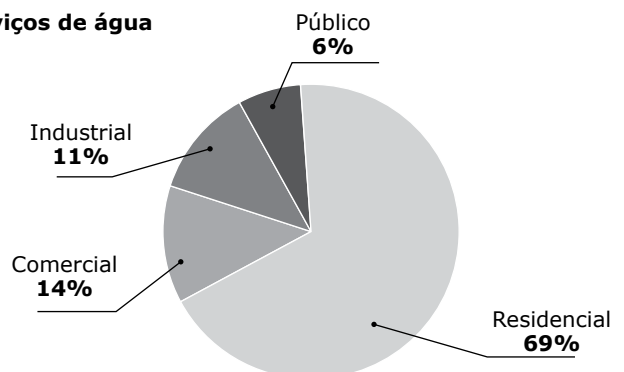


Gráfico 12: Serviços de Água [%]

Serviços de esgoto

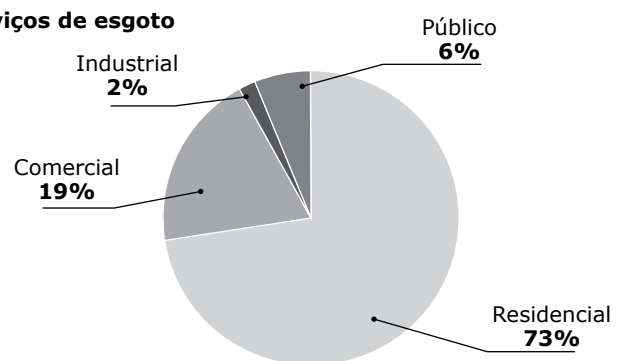


Gráfico 13: Serviços de Esgoto [%]

6.2 Custos e despesas

Os custos dos serviços prestados alcançaram R\$ 433,4 milhões contra R\$ 399,0 milhões em relação ao exercício de 2017, um aumento de 8,6% principalmente pelo aumento das despesas com pessoal, serviço de terceiros, amortização, reajuste da conta de energia elétrica na ordem de 15,9% e entrada em operação de novos sistemas de abastecimento de água com SAA Reis Magos e esgotamento sanitário como Nova Venécia e Marechal Floriano.

	31.12.2018	31.12.2017
Despesas com pessoal	(114.099)	(106.856)
Despesas com materiais	(16.969)	(17.773)
Despesas com serv. terceiros	(122.466)	(109.925)
Depreciação/Amortização	(89.337)	(79.737)
Energia Elétrica.....	(90.573)	(84.760)
	(433.444)	(399.051)

Despesas Administrativas

No exercício de 2018 a companhia obteve uma redução nas despesas administrativas na ordem de 21,7% fruto da política de contenção de

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

despesas iniciada no exercício de 2015 com a revisão de contratos, desligamento de empregados pelo PIADV, corte do número de divisões administrativas e gratificação de gestores.

	31.12.2018	31.12.2017
Despesas com pessoal	(58.780)	(66.605)
Despesa com materiais	(3.370)	(2.608)
Despesas com serv. terceiros	(21.239)	(23.155)
Outras despesas.....	(5.797)	(6.542)
Despesas tributárias.....	(3.817)	(16.335)
	<u>(93.003)</u>	<u>(115.245)</u>

Despesas Comerciais

No exercício de 2018 a companhia trabalhou fortemente na redução da inadimplência de seus clientes conforme pode ser observado com o crescimento da receita financeira de acréscimos por impontualidade, redução das perdas no recebimento de tarifas, aumento na reversão das perdas e aumento na despesa com serviços de terceiros com o contrato de cobrança de clientes em atraso.

	31.12.2018	31.12.2017
Despesas com pessoal	(21.943)	(18.520)
Despesa com materiais	(61)	(45)
Despesas com serv. terceiros	(34.830)	(29.731)
Perdas no recebimento tarifas.....	(53.821)	(59.404)
Reversão de perdas	10.570	8.997
Outras despesas.....	(3.786)	(4.278)
	<u>(103.871)</u>	<u>(102.981)</u>

Outras (despesas) e receitas operacionais

Observa-se no quadro abaixo que no exercício de 2018 a Companhia apurou um resultado positivo de R\$ 5.707 milhões contra um resultado negativo R\$ 7.511 milhões em 2017. Os principais fatos que contribuíram para esse resultado foram:(i) leilões de bens móveis e imóveis, (ii) redução do reconhecimento de provisões cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais, (iii) aumento do reconhecimento de receitas de subvenções.

	31.12.2018	31.12.2017
Subvenções para investimentos.....	3.801	2.159
Venda de bens do imobilizado	1.559	-
Vistorias e obras encomendadas.....	1.191	-
Pequenas receitas eventuais	985	3.206
Constituição de provisões	(12.222)	(26.015)
Reversão de provisões	11.662	16.602
Custo de bens baixados	(1.269)	(1.337)
Outras despesas e receitas.....	0	(2.126)
	<u>5.707</u>	<u>(7.511)</u>

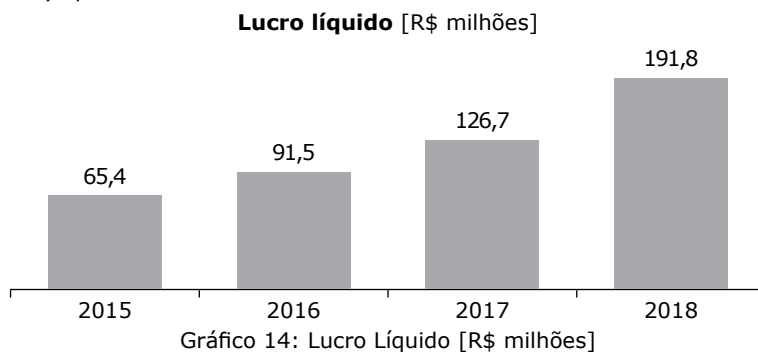
Resultado Financeiro

Conforme observa-se no quadro abaixo a companhia auferiu um resultado positivo (receitas-despesas) no exercício de 2018 na ordem de R\$ 23,4 milhões contra R\$ 9,2 em 2017, um aumento de 154% em decorrência do reconhecimento de juros sobre depósitos judiciais e acréscimos de juros sobre faturas de água e esgoto pagas em atraso pelos usuários.

	31.12.2018	31.12.2017
Receitas de juros e acréscimos.....	27.550	16.606
Receitas fin. de ganho com aplicações....	9.187	9.015
Outras receitas financeiras.....	842	222
	<u>37.579</u>	<u>25.843</u>
Despesas c/juros e demais encargos de financiamentos.....	(14.330)	(16.661)
	<u>(14.330)</u>	<u>(16.661)</u>
	<u>23.249</u>	<u>9.182</u>

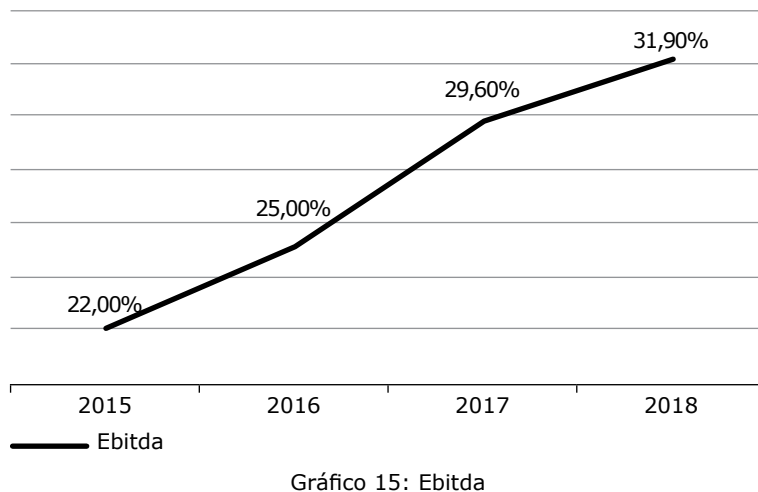
6.3 Resultado

O lucro líquido da Cesan em 2018 foi de R\$ 191,8 milhões, totalizando aumento de 51,4% em relação ao exercício de 2017, consequência da política de redução de despesas implantada em todos os departamentos a partir do ano de 2016, aumento das receitas de serviço de esgotamento sanitário pela entrada em operação de novos sistemas, aumento das receitas financeiras e redução de outras receitas (despesas) operacionais.



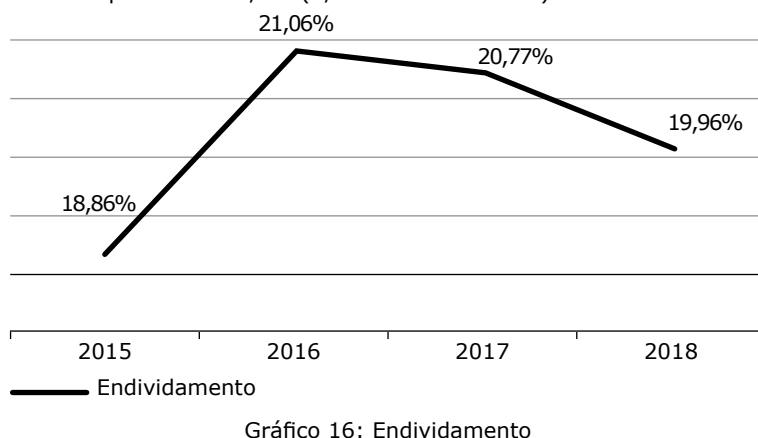
6.4 EBITDA

O EBITDA no valor de R\$ 259,4 milhões, apurado no exercício de 2018, foi de 31,9% contra 29,6% em 2017. Ao longo dos últimos anos a Companhia vem controlando seus custos e despesas para aumento da geração de caixa e resultados para seus acionistas e consequentemente a ampliação da sua capacidade de investimento em novas obras de abastecimento de água e esgotamento sanitário.



6.5 Endividamento e Rentabilidade

A Companhia encerrou o exercício de 2018 com um passivo de R\$ 633,1 milhões (R\$ 608,8 milhões em 31.12.2017) representando um aumento de 3,4%, principalmente pelo recebimento de recursos do BNDES e Caixa Econômica Federal para execução de novas obras de saneamento básico. O índice de endividamento sobre o ativo ficou em 20% em 2018 (20,8% em 31.12.2017). A rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido foi de 7,5% (5,5% em 31.12.2017).



COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

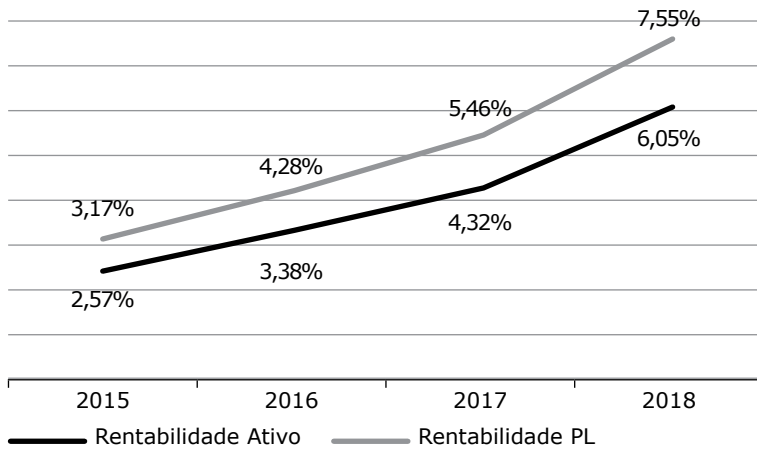


Gráfico 17: Rentabilidade

Remuneração dos Acionistas

Conforme determina o Estatuto Social foi apurado o montante de R\$ 90,0 milhões de dividendos na forma de Juros sobre Capital Próprio para os acionistas da Cesan, que será apresentado para apreciação na Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada até o mês abril de 2019.

7 INVESTIMENTOS

A Cesan investiu R\$ 226,1 milhões no exercício de 2018, sendo R\$ 77,2 milhões em abastecimento de água, R\$ 131,8 milhões em esgotamento sanitário e R\$ 17,1 milhões em programas de desenvolvimento operacional, institucional e ativo fixo.

Investimentos realizados [R\$ milhões]

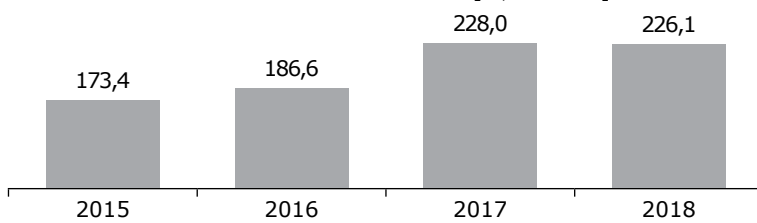


Gráfico 18: Investimentos Realizados [R\$ milhões]

Investimentos realizados - Por finalidade [R\$ milhões]

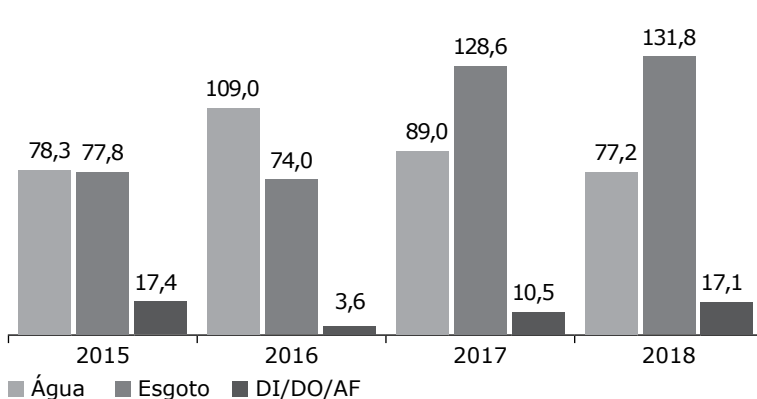


Gráfico 19: Investimentos Realizados - Por Finalidade [R\$ milhões]

7.1 Sistemas de abastecimento de água

Os investimentos na melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água da Cesan beneficiaram 2,3 milhões de habitantes. Entre os empreendimentos destacam-se a Barragem do Rio Jucu, atualmente na fase de elaboração de projetos e de desapropriações, além da ampliação e setorização dos sistemas de abastecimento de água de Jacaraípe e CIVIT no município de Serra, a complementação do sistema de abastecimento de água de Nova Rosa da Penha, no município de Cariacica, e a ampliação e melhoria do sistema de abastecimento de água de Pedra Menina, no município de Dolores do Rio Preto. Além disso, foram realizadas obras de expansão de redes e ligações de água que garantem que os sistemas de abastecimento acompanhem o crescimento populacional.

7.2 Sistemas de esgotamento sanitário

As obras para implantação, ampliação e melhoria dos sistemas de esgotamento sanitário beneficiaram 1,5 milhão de habitantes. Entre os empreendimentos, destacam-se as Parcerias Público-Privadas nos sistemas de esgotamento sanitários (SES) de Serra e de Vila Velha,

o Programa Águas e Paisagens, com investimentos em esgotamento sanitário em diversos municípios do interior do estado, principalmente em Ibatiba, Iúna, Conceição do Castelo, Divino de São Lourenço e Dolores do Rio Preto, complementação dos SES de Meaípe, no município de Guarapari, de Ponta da Fruta, no município de Vila Velha, de Carapebus, no município de Serra, e de Nova Venécia, de Pancas, de Água Doce do Norte e de Pinheiros, no interior do estado. Além disso, foram realizadas diversas obras de expansão de redes e ligações de esgoto que garantem que os sistemas acompanhem o crescimento populacional nos municípios atendidos.

7.3 Parcerias Público-Privadas (PPPs)

A Cesan e o Governo do Estado desenvolveram estudos para ampliação, operação e manutenção dos sistemas de esgotamento sanitário na Região Metropolitana da Grande Vitória para atingir a universalização da cobertura com os serviços até o ano de 2030 para os municípios de Serra, Vila Velha e Cariacica.

Serra

Em 2018, a Cesan investiu R\$ 39,1 milhões para ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do município via Parceria Pública Privada.

Desde o início do contrato foram investidos R\$ 167 milhões para ampliação do Sistema, o que possibilitou o avanço no índice de cobertura de 58,1% em 2015 para 85,3% em 31/12/2018 com a construção de 159 km de redes coletoras e a interligação de 51 mil novos imóveis no Sistema. O objetivo da PPP é fazer com que Serra tenha cobertura com serviços de esgoto elevada de 85,3% para 95% até o ano de 2023. O sistema do município conta com 21 estações de tratamento de esgoto (ETE) e 138 estações elevatórias de esgoto bruto (EEEB) em operação. O faturamento com o serviço de esgotamento sanitário que em 2015 era de R\$ 31 milhões fechou o ano de 2018 em R\$ 56 milhões.

As obras foram realizadas em 20 bairros, entre eles Serramar, Colina de Laranjeiras, Planalto Serrano A, B e C, Taquara I e II, Região José de Anchieta, Jardim Carapina, Campinho da Serra I e II, Vista da Serra II, Parque Residencial Laranjeiras, Nova Carapina I, Novo Porto Canoá, Divinópolis, Barro Branco, Mestre Álvaro e Parque das Gaivotas.

Atualmente, mais de 1 bilhão de litros de esgoto são coletados e tratados por mês, representando melhoria na qualidade de vida da população bem como no meio ambiente com a despoluição de córregos, lagoas e praias do município.

Vila Velha

A concessão administrativa teve início em julho de 2017 para realizar a operação, manutenção e ampliação do sistema de esgotamento sanitário no município, além de serviços comerciais tais como substituição e lacração de hidrômetros, pesquisa de irregularidades, dentre outros. A meta de universalização é de 11 anos com 95% de cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgoto até o ano de 2028. O prazo do contrato de concessão é de 30 anos e, em 2018, a Cesan investiu R\$ 6,8 milhões na PPP de Vila Velha, ampliando seu faturamento em esgotamento sanitário de R\$ 46,0 milhões em 2017 para R\$ 52,5 milhões em 31/12/2018.

Dentro do escopo dos serviços comerciais foram trocados 58.869 hidrômetros, além de outros serviços prestados que objetivaram a redução da perda de água e as fraudes no sistema de abastecimento.

Cariacica

Foram realizados estudos de viabilidade técnica e econômica da PPP para os serviços de esgotamento sanitário no município de Cariacica, na Região Metropolitana da Grande Vitória. Atualmente está concluída a fase de consulta pública e a licitação está prevista para 2019.

7.4 Programa Águas e Paisagens

O Governo do Estado do Espírito Santo obteve financiamento do Banco Mundial para investir nos municípios que integram as microrregiões do Caparaó e as Bacias Hidrográficas dos Rios Jucu e Santa Maria da Vitória, cuja abrangência contempla as principais cidades da Região Metropolitana da Grande Vitória.

Ao todo, US\$ 323 milhões serão aplicados no Programa de Gestão Integrada das Águas e da Paisagem, nos meios urbano e rural, com o objetivo de:

- Garantir que o acesso à água seja assegurado, para estar disponível em quantidade e qualidade adequada para os respectivos usos, bem como salvaguardados para sua utilização pelas futuras gerações;
- Ampliar a cobertura de coleta, tratamento e destinação final de esgotos sanitários em municípios das Bacias dos rios Jucu, Santa Maria da Vitória e na microrregião do Caparaó em municípios onde a Cesan atua;

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

- Ampliar a cobertura florestal no Estado, na microrregião do Caparaó e adjacências e nos municípios das bacias dos rios Jucu e Santa Maria da Vitória;
- Institucionalizar e promover boas práticas agrícolas e de construção de estradas vicinais para contribuir para a redução do assoreamento e poluição dos corpos d'água.

Já estão em andamento as obras nos municípios de Ibatiba, Dorés do Rio Preto, Iúna, Irupi, Conceição do Castelo, Divino de São Lourenço, Marechal Floriano, Santa Leopoldina e Santa Maria de Jetibá com previsão de conclusão de algumas obras dentro do exercício de 2019, bem como novas contratações de obras para os municípios incluídos no contrato de financiamento.

7.5 Resumos dos investimentos

Segue abaixo o resumo dos investimentos da Cesan entre 2015 e 2018 (em R\$ milhões):

RESUMO	FONTES	2015	2016	2017	2018	Total
INTERIOR						
ÁGUA	CESAN - GOV ES/FUNASA - GOV ES	19,2	8,6	10,5	17,1	55,4
ESGOTO	CESAN - CAIXA - BIRD - BNDES - GOV ES/FUNASA	28,7	17,1	44,8	64,9	155,4
TOTAL INTERIOR		47,8	25,7	55,2	82,1	210,8
GRANDE VITÓRIA						
ÁGUA	CESAN - CAIXA - GOV ES / OGU - GOV ES	30,3	73,9	49,4	30,9	184,4
ESGOTO	CESAN - CAIXA	36,1	46,2	75,4	60,6	218,3
TOTAL GRANDE VITÓRIA		66,4	120,1	124,8	91,5	402,7
DIVERSOS EM ÁGUA E ESGOTO - INTERIOR E GRANDE VITÓRIA						
ÁGUA	CESAN	28,8	26,5	29,1	29,2	113,6
ESGOTO	CESAN - GOV ES	13,0	10,8	8,4	6,2	38,4
TOTAL DIVERSOS		41,8	37,2	37,5	35,4	152,0
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, OPERACIONAL E AQUISIÇÃO DE ATIVO FIXO						
TOTAL DI/DO/AF		17,4	3,6	10,5	17,1	48,6
TOTAL GERAL		173,4	186,6	228,0	226,1	814,1

8 RECURSOS HUMANOS

A Cesan conta com 1.379 empregados dos quais 963 atuam na Região Metropolitana da Grande Vitória e 417 no interior. O plano de carreiras e remuneração da Cesan, implantado em 2006 e revisado em 2014 e 2017, contém as diretrizes e políticas de gestão de pessoas, como estrutura de carreiras, promoções, avaliação de desempenho, movimentação interna, descritivo de funções e tabela salarial.

A empresa capacita e desenvolve seus empregados, estagiários, aprendizes e gestores, visando a formação, atualização e aperfeiçoamento profissional. As atividades envolvem a integração de novos profissionais, desenvolvimento de competências técnicas, comportamentais e gerenciais, incentivo à educação formal continuada e capacitação necessária para implantação e manutenção de projetos institucionais. Essas ações têm como principais objetivos a promoção da cultura de excelência empresarial e a valorização da força de trabalho.

São mantidos ainda diversos programas de qualidade para a melhoria contínua das condições de trabalho aos empregados, impactando na retenção de talentos, redução de absenteísmo, aumento de produtividade e qualidade dos serviços. Destacam-se os atendimentos aos empregados e familiares por meio do serviço social, programas de educação financeira, de prevenção e tratamento à dependência química, de preparação para a aposentadoria e de reabilitação funcional, além de ações preventivas de saúde e encaminhamentos a tratamento no âmbito da saúde mental.

Destaca-se ainda a redução do passivo trabalhista de pessoal próprio em 18% no período de dois anos, com ações práticas de mitigação de riscos como auditorias de medicina e segurança do trabalho, auditoria de frequência, implantação de política de redução do passivo trabalhista, conciliação em processos trabalhistas, e reuniões frequentes com as áreas. O tema 'redução do passivo trabalhista' passou a ser estruturado e acompanhado como indicador a partir de janeiro de 2017.

Outro destaque foi a Implantação do Plano de Saúde Viva+, que substituiu o antigo plano oferecido pela empresa, que era de autogestão,

com alto risco de sinistro, não estava regulamentado pela Agência Nacional de Saúde (ANS) e o usuário era responsável por um percentual das despesas quando utilizasse o plano.

A implantação do novo Viva+ em 2017, após 7 anos de estudos, contou com adesão inicial de 94% dos empregados elegíveis. A gestão do plano passou a ser feita pela Faeces, com pré-pagamento de mensalidades por parte dos usuários. A regulamentação do plano trouxe mais previsibilidade dos gastos para a companhia e mais segurança financeira no longo prazo.

9 PRÊMIOS E RECONHECIMENTO

Com a construção do planejamento estratégico da Cesan em 2003, a empresa evoluiu em sua gestão rumo à excelência e conquistou prêmios e destaque em nível estadual e nacional.

O processo de evolução levou à implantação do Modelo de Excelência da Gestão (MEG), da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), em unidades operacionais, que resultou em 11 premiações no Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento (PNQS), entre 1999 e 2010.

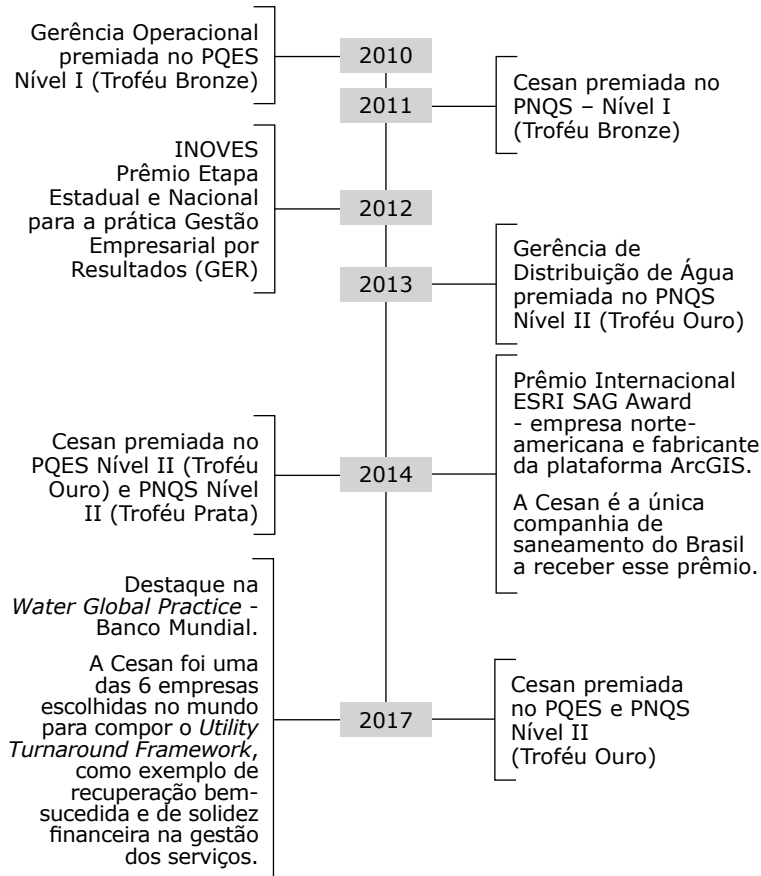
A partir de 2011 a Cesan expandiu o modelo para toda a organização, participando do PNQS e do Prêmio Qualidade Espírito Santo (PQES). Desde então, conquistou, corporativamente, o Troféu Bronze no Nível I - 250 pontos (2011), o Troféu Prata no Nível II - 500 pontos (2014) e, em 2017, o Troféu Ouro no Nível II - 500 pontos, no PNQS. No PQES a Cesan foi premiada no Nível II (Troféu Ouro) em 2014 e 2017.

Os oito critérios que compõem o MEG integram o planejamento estratégico da Cesan através da visão de "Universalizar os serviços de saneamento até 2030, comprometida com a excelência na sua gestão" e o objetivo estratégico de "Promover a satisfação da força de trabalho e a cultura de excelência empresarial". Em 2018, a empresa concorreu ao Nível III - 750 pontos no PNQS, o que representa mais um salto na evolução da gestão da empresa, na melhoria contínua da prestação de serviços e no atendimento aos clientes.

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

Reconhecimentos recebidos



10 PERSPECTIVAS

A CEsan segue firme no propósito de universalizar os serviços de saneamento, ampliando os níveis de atendimento com água tratada, coleta e tratamento de esgoto onde atua e na busca por novas concessões e negócios. A atuação da companhia orienta-se pela responsabilidade em manter a solidez financeira necessária à prestação de serviços com qualidade, que garantam a satisfação dos clientes com níveis adequados de serviço e tarifas justas, bem como no investimento em programas de formação e capacitação de seus profissionais, tendo sempre o cliente como foco principal.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Rafael Grossi Gonçalves Pacífico (presidente)
José Marcos Travaglia
Cláudia Vera Dallapicola Teixeira Contarato
Carlos Aurélio Linhalis
Nery Martins de Morais Neto
José Alves Paiva
Pedro Meneguetti

DIRETORIA EXECUTIVA

Carlos Aurélio Linhalis
Diretor-Presidente

Weydson Nascimento Ferreira
Diretor Administrativo e Comercial

Rodolpho Gomes Có
Diretor Operacional

Thiago José Gonçalves Furtado
Diretor de Engenharia e Meio Ambiente

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2018	31/12/2017
			(Reclassificado)
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	165.698	78.430
Depósitos vinculados.....	5	46.703	32.787
Créditos e contas a receber de usuários	6	143.758	141.355
Estoques de materiais	-	3.281	2.495
Impostos a recuperar	7	8.910	3.722
Adiantamentos e convênios	8	4.244	6.673
Total do ativo circulante		372.594	265.462
Não circulante			
Créditos e contas a receber de usuários	6	7.503	7.311
Adiantamento e convênios	10	1.827	2.699
Impostos a recuperar	7	7.199	6.911
Depósitos judiciais	18	41.521	29.818
Contratos de concessões indenizáveis.....	13	192.387	175.884
Investimentos	-	95	95
Imobilizado.....	11	24.390	27.779
Intangível.....	12	2.524.478	2.414.699
Total do ativo não circulante		2.799.400	2.665.196
Total do Ativo		3.171.994	2.930.658

Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2018	31/12/2017
			(Reclassificado)
Circulante			
Fornecedores	14	38.571	39.391
Empréstimos e financiamentos ..	15	12.589	11.482
Juros sobre capital próprio	24	89.970	57.480
Participação de empregados.....	24	13.290	9.638
Contribuições para FAECES	19	3.331	6.294
Impostos e contribuições a recolher	16	10.443	10.323
Salários e encargos a pagar	17	34.530	30.700
Provisão	18	19.435	19.854
Outras contas a pagar	-	4.977	3.745
Total do passivo circulante ...		227.136	188.907
Não circulante			
Fornecedores	14	816	217
Empréstimos e financiamentos ..	15	211.342	183.552
Impostos diferidos	9	8.919	8.676
Provisão	18	37.161	39.580
Contribuições para FAECES	19	8.552	11.403
Créditos de acionistas	20	38.744	17.242
Plano de aposentadoria	19	43.711	84.292
Subvenções para investimento ..	21	56.765	74.928
Total do passivo não circulante		406.010	419.890
Patrimônio líquido			
Capital social	24	2.297.000	2.156.580
Ajuste de avaliação patrimonial .	-	88.121	53.331
Reserva de lucros	-	153.727	111.950
Total do patrimônio líquido...		2.538.848	2.321.861
Total do passivo e patrimônio líquido		3.171.994	2.930.658

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Receita operacional líquida	25	813.114	757.299
Custos dos serviços de abastecimento de água.....	-	(224.889)	(209.843)
Custos dos serviços de esgoto.....	-	(117.604)	(104.242)
Custos administrativos dos serv. de água e esgoto.....	-	(90.951)	(84.966)
Custo dos serviços prestados	26	(433.444)	(399.051)
Lucro bruto		379.670	358.248
Despesas comerciais.....	28	(103.871)	(102.981)
Despesas administrativas.....	29	(93.003)	(115.245)
Participação dos empregados.....	24	(13.083)	(9.640)
Resultados dos serviços de construção.....	13	3.030	2.540
(Outras despesas) receitas operacionais líquidas.....	30	5.707	(7.511)
		(201.220)	(232.837)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		178.450	125.411
Resultado financeiro.....	27	23.249	9.182
Resultado antes dos impostos		201.699	134.593
Contribuição social.....	31	(9.908)	(7.928)
Lucro líquido do exercício		191.791	126.665
Lucro por ação		0,08	0,06

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do período	191.791	126.665
Reserva de reavaliação.....	6.364	6.366
Reversão da provisão para reserva de reavaliação.....	(573)	(40.062)
Ganhos e perdas atuariais.....	40.581	(8.689)
Resultado abrangente total	238.163	84.280

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de lucros Investimentos	Reserva de lucros Legal	Ajustes de avaliação patrimonial Reavaliação	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos 01 de janeiro de 2017		2.028.413	43.951	33.807	28.324	-	2.134.495
Aumento de capital.....		88.062					88.062
Absorção reserva investimento.....		40.105	(40.105)				
Lucro líquido do exercício.....		-	-	-	-	126.665	126.665
Realização da reserva de reavaliação.....		-	-	-	(6.366)	6.366	-
Ajuste reserva de reavaliação períodos anteriores...					1.236	(1.236)	-
Reversão da provisão para imposto de renda e contribuição social sobre a reserva de reavaliação...					38.826	-	38.826
Ajuste avaliação patrimonial.....					(8.689)		(8.689)
Destinação do lucro							
Constituição da reserva legal.....	24.2	-	-	6.333	-	(6.333)	-
Constituição da reserva de investimento.....	24.4	-	67.962	-	-	(67.962)	-
Juros sobre capital próprio.....	24.3	-	-	-	-	(57.500)	(57.500)
Saldos em 31 de dezembro 2017		2.156.580	71.808	40.140	53.331	-	2.321.859
Saldos 01 de janeiro de 2018		2.156.580	71.808	40.140	53.331	-	2.321.859
Aumento de capital.....		74.617					74.617
Absorção reserva investimento.....		65.803	(65.803)				
Lucro líquido do exercício.....		-	-	-	-	191.791	191.791
Realização da reserva de reavaliação.....		-	-	-	(5.791)	5.791	-
Ajuste de avaliação patrimonial.....		-	-	-	40.581	-	40.581
Destinação do lucro							
Constituição da reserva legal.....	24.2	-	-	9.590	-	(9.590)	-
Constituição da reserva de investimento.....	24.4	-	97.992	-	-	(97.992)	-
Juros sobre capital próprio.....	24.3	-	-	-	-	(90.000)	(90.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		2.297.000	103.997	49.730	88.121	-	2.538.848

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 (Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro líquido do período	191.791	126.665
Ajustes do resultado do exercício		
Depreciação e amortização	83.805	77.365
Resultado na alienação de imobilizado	(297)	1.229
Provisões.....	8.953	25.857
Participação dos empregados	13.083	9.640
Resultado de construção.....	(3.030)	(2.540)
Outras receitas não monetárias	(387)	(186)
	293.918	238.030
Redução (aumento) nos ativos		
Contas a receber de clientes	(3.148)	(6.453)
Estoque de material.....	(786)	1.709
Despesas antecipadas	3.302	7.763
Impostos a recuperar	(5.476)	(7.602)
Depósitos judiciais.....	(11.703)	3.262
	(17.811)	(1.321)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	(222)	7.354
Salários, férias e encargos sociais.....	3.832	1.226
Impostos e contribuições	363	(26.762)
Contribuições à FAECES.....	(5.816)	(5.714)
Outros	(10.007)	(25.652)
	(11.850)	(49.548)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	264.257	187.161
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo intangível	(186.482)	(269.198)
Contratos de concessões indenizáveis..	(16.503)	1.168
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(202.985)	(268.030)
Fluxo de caixa atividades de financiamentos		
Obtenção empréstimo bancário	40.468	29.093
Amortização empréstimo bancário	(11.571)	(10.047)
Crédito de acionistas.....	38.609	55.950
Participação de empregados.....	(9.431)	(9.344)
Subvenções para investimentos.....	(18.163)	48.316
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	39.912	113.968
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	101.184	33.099
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	111.217	78.118
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	212.401	111.217
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	101.184	33.099

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 (Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Geração do valor adicionado		
Receita líquida dos serviços de abastecimento de água e esgoto.....	813.114	757.299
PIS/COFINS	85.032	78.625
Receita bruta dos serv. de abastecimento de água e esgoto.....	898.146	835.924
Outras receitas.....	8.810	5.593
Provisões diversas	(560)	(9.414)
Resultados não operacionais	291	(1.338)
	906.687	830.765
Geração do valor adicionado		
Materiais consumidos.....	(20.400)	(20.426)
Serviços consumidos e outros custos....	(177.940)	(162.205)
Energia e outras despesas operacionais	(104.254)	(96.887)
	(302.594)	(279.518)
Retenções		
Depreciação e amortização	(83.805)	(77.365)
	(83.805)	(77.365)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	520.288	473.882
Valor adicionado recebido em transferência		
Dividendos de investimentos avaliados ao custo	6	-
Receitas financeiras e variações monetárias ativas	37.579	25.843
Aluguéis.....	190	187
	37.775	26.030
Valor adicionado total a distribuir...	558.063	499.912
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Salários e encargos.....	134.464	129.646
Participação dos empregados nos lucros	13.083	9.640
Planos de aposentadoria e pensão	4.362	4.768
Assistência médica e odontológica	16.892	19.487
	168.801	163.541
Governo	139.890	142.638
Financiadores.....	57.581	67.068
Acionistas.....	90.000	57.500
Lucros retidos	101.791	69.165
	558.063	499.912

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN, com sede na cidade de Vitória - ES, foi criada por meio da Lei nº 2.282/1967, alterada pelas Leis nºs 2.295/1967, 9.772/2011 e 10.478/2015 e regulamentada pelo Decreto nº 4.809/1993.

A CESAN é uma empresa de economia mista, enquadrada no Regime Jurídico de Direito Privado Brasileiro como uma sociedade anônima de capital fechado, sendo seu acionista controlador, o Governo do Estado do Espírito Santo. Tem como missão prestar serviços de saneamento com qualidade, contribuindo para o desenvolvimento econômico, social e ambiental.

A Companhia atua na captação, tratamento e distribuição de água, e na coleta e tratamento de esgoto no Estado do Espírito Santo, mediante delegação do Governo do Estado, contratos de concessão e contrato

de programa com os municípios nos quais atua. Sua atividade compreende também a realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações e ampliação de redes, podendo atuar no setor de serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, além de participar do bloco de controle ou do capital social de outras sociedades e constituir subsidiárias, que poderão se associar a outras empresas do setor de saneamento no Brasil ou exterior.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia atuava em 52 municípios de um total de 78 municípios do Estado do Espírito Santo, em operações de abastecimento de água e esgotamento sanitário, sendo 887.757 economias em abastecimento de água (879.888 em 31.12.2017) e 514.709 economias em esgotamento sanitário (489.571 em 31.12.2017). As 10 principais concessões da Companhia possuem os seguintes prazos de vencimento:

Localidade	Concessões de Água		Concessões de Esgoto		Término Concessão
	Nº de Economias 2018	2017	Nº de Economias 2018	2017	
Vila Velha	185.070	183.058	99.909	95.189	26/02/2046
Serra	160.874	158.615	127.813	117.030	26/06/2043
Vitória.....	142.128	141.643	123.114	118.569	07/03/2055
Cariacica	114.500	114.086	47.226	45.667	24/06/2048
Guarapari.....	63.088	62.387	41.680	41.193	26/12/2047
Viana	17.750	17.539	8.756	8.073	24/06/2048
Piúma	13.599	13.358	8.175	8.048	10/10/2022
Nova Venécia	13.442	13.314	648	-	20/07/2039
Castelo	11.248	11.078	9.569	9.381	06/07/2048
Barra de São Francisco.....	10.637	10.697	3.498	2.919	03/07/2022

Em média, os serviços da Companhia cobrem mais de 70% do Estado do Espírito Santo e 98% de todas as localidades por ela atendidas.

A Companhia, em linha com a política do Governo do Estado do Espírito Santo, seu acionista controlador que tem como uma de suas metas priorizar o social, vem desenvolvendo programas de investimentos para expansão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios que detém a concessão.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09 e de acordo com as Práticas Contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, Pronunciamentos, Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As práticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis, estão apresentadas nesta seção.

Práticas contábeis de transações consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações contábeis.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada para emissão pela Administração da Companhia em 20 de março de 2019.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. Ativos disponíveis para a venda, demais ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo o CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas a respeito de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas Notas:

- **Nota nº 06** – Créditos e contas a receber de usuários;
- **Nota nº 11** – Imobilizado;
- **Nota nº 12** – Intangível;
- **Nota nº 13** – Contrato de concessões indenizáveis;
- **Nota nº 18** – Provisões para processos judiciais

d. Continuidade Operacional

A Administração da Companhia realiza seu planejamento com premissas de continuidade de suas atividades operacionais e não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre continuidade operacional da Companhia, sendo assim, as demonstrações financeiras foram elaboradas levando em conta esse pressuposto.

e. Moeda funcional e moeda de apresentação

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis inclusive nas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as práticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

meses, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As aplicações financeiras são contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescidas de rendimentos apropriados pro rata temporis até a data do balanço.

b. Ativos financeiros

Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"); ou (iii) valor justo por meio do resultado ("FVTPL").

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros – ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repas-

se"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

c. Passivos financeiros

Reconhecimento e mensuração:

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem: contas a pagar a fornecedores; outras contas a pagar; empréstimos e financiamentos; e instrumentos financeiros derivativos, quando aplicável. Empréstimos e financiamentos e contas a pagar são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Mensuração subsequente:

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

Custos de empréstimos:

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos.

Desreconhecimento de passivos financeiros:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

d. Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio do resultado.

e. Contas a receber

e.1. De clientes

Refere-se às contas de créditos com os usuários pelo fornecimento de água, pelos serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário e demais serviços correlatos. Incluem, também, créditos por fornecimentos prestados e não faturados até a data do balanço para atendimento ao princípio de reconhecimento de receita.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas de provisão para perda do valor recuperável, constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores recebíveis de acordo com os prazos originais das contas a receber. Dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar com pedido de falência ou concordata e falta de pagamento ou inadimplência (devido há mais de 180 dias) são considerados indicadores de que as contas a receber podem não ser recuperáveis. Adicionalmente, a Companhia constitui uma provisão dos títulos vencidos dos clientes que compõem a base de reconhecimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa

É calculada com base na análise dos créditos e registrada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

potenciais perdas nas contas a receber. Contas a receber de valores até R\$15 são consideradas perdas assim que atingem 180 dias de atraso, sendo diretamente baixadas contra o resultado na Rubrica "Despesas comerciais".

e.2. Do poder concedente das concessões

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (municípios) contabilizados de acordo com o ICPC 01, quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados na construção ou ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário e não recuperados pela tarifa definida pela Agência de Regulação de Serviços Públicos do Espírito Santo – ARSP-ES, por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Estas contas a receber são classificadas no ativo não circulante conforme detalhado na Nota nº 13, considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

f. Estoques de materiais

Os estoques de materiais são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do custo médio. Provisões para perdas de estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Os estoques de materiais estão classificados no ativo circulante, enquanto aqueles destinados a execução de obras são classificados no ativo intangível em obras em andamento.

g. Ativos intangíveis

Concessões

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão e a Lei nº 11.445/2007- Marco Regulatório.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia e o valor do ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou seja, o prazo final da concessão ou a vida útil do ativo subjacente, dos dois o menor. O padrão de consumo dos ativos tem relação com a vida útil econômica em que os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

O Intangível inclui também os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, bem como os juros sobre financiamentos incorridos na aquisição até a data de entrada do bem em operação. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinado para o item do intangível aos quais foram incorporados.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Licenças de software

As licenças de software adquiridas são registradas com base nos custos incorridos para sua obtenção e para que elas estejam prontas para ser utilizadas. Esses custos são amortizados linearmente durante sua vida útil estimada.

h. Imobilizado

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos e se caracterizam, principalmente, por bens de uso geral e edificações da Companhia.

O imobilizado é apresentado pelo custo histórico como base de valor, menos depreciação e perdas ao valor recuperável, se for o caso. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, bem como os juros sobre financiamentos incorridos na aquisição até a data de entrada do bem em operação. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinado para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, o custo do item possa ser mensurado com segurança e a vida útil econômica for superior a 12 meses. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação do ativo imobilizado é realizada pela vida útil estimada de cada bem. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Classes de Ativos	2018 - 2017	
	Anos	%
Edificações e estruturas.....	25	4
Móveis e utensílios.....	10	10
Veículos e equipamentos de transporte.....	5	20
Máquinas e equipamentos.....	10	10
Equipamentos - laboratório.....	10	10
Computadores e periféricos.....	5	20

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados periodicamente e ajustados, se apropriado, ao início de cada exercício, de forma prospectiva.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em "Outras receitas/despesas operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos, em atendimento ao CPC 27 – Ativo imobilizado, foram revisadas ao final do exercício de 2018, não sendo necessário ajustes.

i. Redução ao valor recuperável (Impairment)

Ativos financeiros não-derivativos

Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não estoques e Contribuição Social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é então estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado.

j. Contas a pagar aos fornecedores

A conta "fornecedores" refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, os valores são apresentados como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

k. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, de início, pelo valor justo, líquido dos custos das transações incorridas. Os empréstimos são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva. As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo.

l. Provisões para riscos cíveis, tributários, trabalhistas e ambientais

A Companhia reconhece as provisões classificadas como perda provável para riscos cíveis, tributários, trabalhistas e ambientais de acordo com o CPC 25. A avaliação da classificação das probabilidades de perda e saídas futuras de caixa são realizadas por nossa assessoria jurídica baseada na fase processual de cada ação, legislações vigentes no país, jurisprudências disponíveis e decisões mais recentes pelos tribunais competentes.

m. Imposto de Renda e Contribuição Social

A tributação sobre a renda compreende o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos.

Através da Ação Cível Ordinária nº 2.730 transitada em julgado no Supremo Tribunal Federal na data de 04/05/2017 foi concedido a Imunidade Tributária Recíproca para a CESAN conforme artigo 150 alínea "a" da Constituição Federal.

A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, por meio da aplicação da alíquota de 9%.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço considerando as diferenças entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que é provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil apurado dos ativos tributários diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que toda ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto esperada aplicável no ano em que se estima que o ativo seja realizado ou que o passivo seja liquidado, baseado nas alíquotas de imposto (e legislação tributária) promulgadas na data do balanço.

Impostos sobre a venda

As receitas de serviços estão sujeitas a impostos e contribuições e pelas seguintes alíquotas básicas:

Tributos	Alíquota %
PIS	1,65
COFINS	7,60

Esses tributos são apresentados como deduções da receita na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos serviços prestados na demonstração do resultado.

A Companhia não é enquadrada como contribuinte do ICMS conforme Parecer nº 009/2012-SEFAZ-ES.

n. Contratos de concessão

A Companhia desenvolve várias ações para manutenção dos Contratos de Concessões e sua renovação conforme Lei Federal nº 11.445/07, através dos Contratos de Programa, inclusive prestando apoio técnico na elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) junto aos Municípios que detêm a concessão.

Dos 52 municípios sob concessão da CESAN, 42 possuem Contrato em vigor com prazo de vencimento entre 2019 e 2055, e, 10 estão com Contratos vencidos, todavia com a continuidade da prestação dos serviços; destes, 01 está em fase de assinatura do novo Contrato de Programa, e os demais estão aguardando aprovação das Leis do Plano e/ou Leis Autorizativas das respectivas Câmaras Municipais para assinatura do novo Contrato de Programa.

De acordo com as novas diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº 11.445/07 - Marco Regulatório do setor, 23 municípios possuem Contratos de Programa assinados, 06 municípios estão com as leis autorizativas aprovadas e publicadas, e em processo de assinatura, sendo o prazo referencial de validade, de 30 anos. Para os bens cuja vida útil econômica ultrapassar o prazo contratual, é constituído Ativo Financeiro com base no valor residual.

Até a data de 31 de dezembro de 2018, não foi registrada nenhuma mudança nas cláusulas contratuais que afetasse de forma significativa a relação entre a Companhia e os municípios concedentes.

O sistema de tarifação para o abastecimento de água e esgotamento sanitário é controlado pela Agência de Regulação de Serviços Públicos do Espírito Santo - ARSP-ES e é revisto anualmente (normalmente no mês de agosto), tendo como base a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro dos contratos e a modicidade tarifária, mediante mecanismos que tanto induzam a eficiência e eficácia dos serviços, quanto permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade, considerando tanto os custos e despesas, além da remuneração dos investimentos e ativos em operação, na forma da Lei nº 11.445/07.

A cobrança pelos serviços ocorre diretamente aos usuários, por meio de tarifa, tendo por base o volume de água consumido e de esgoto coletado, multiplicado pelo valor do m3 fixado pela Agência de Regulação de Serviços Públicos do Espírito Santo ARSP-ES.

Na data de 16/07/2018 a ARSP-ES publicou a Resolução nº 020/2018 autorizando o reajuste nas tarifas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em 3,89% a partir de 16 de agosto de 2018.

o. Benefícios a empregados

São todas as formas de compensação proporcionadas pela entidade em troca de serviços prestados pelos empregados ou pela rescisão do contrato de trabalho. A Companhia é patrocinadora de dois planos de previdência privada para seus empregados, o Plano de Benefício Definido (BD) e o Plano de Contribuição Definido (Plano II).

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Planos de contribuição definida

São planos de benefícios pós-emprego nos quais a Companhia paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência), não tendo nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios aos empregados relativamente aos seus serviços do período corrente e anterior. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

Planos de benefício definido

São planos de benefício pós-emprego que não sejam um plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos.

A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações contábeis para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

A Companhia possui os seguintes planos de benefícios a empregados, em síntese: planos de aposentadoria (normal, antecipada, por invalidez) e pensão por morte e assistência médica.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados. Eventuais superávits com planos de benefícios a empregados também são contabilizados, reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para cômputo da obrigação final.

Participação nos lucros

A Companhia provisiona a participação de empregados no resultado, em função de metas operacionais e financeiras divulgadas aos seus colaboradores. Tais valores são registrados nas rubricas "Participação de Empregados", no passivo circulante, e "Participação dos Empregados", no resultado.

p. Subvenção e assistência governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo e de que serão auferidas. Estas são registradas como receita no resultado durante o exercício necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

q. Capital social

As ações são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

r. Reconhecimento da receita

O reconhecimento da receita é realizado pelo regime de competência e de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com o Cliente. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no curso normal das atividades da Companhia por ciclos mensais de faturamento, não existindo etapas contratuais na execução dos serviços prestados.

A receita é apresentada líquida dos impostos e abatimentos. As receitas de serviços não faturadas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

Contratos de construção

Um grupo de contratos de construção é tratado como um contrato de construção único quando: i) o grupo de contratos foi negociado como um pacote único; ii) os contratos estiverem tão diretamente inter-relacionados que sejam, com efeito, parte do projeto único com margem de lucro global; e iii) os contratos são executados simultaneamente ou em sequência contínua.

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 - Contratos de Construção, segundo o método de porcentagem de conclusão. O percentual concluído é definido conforme estágio de execução com base no cronograma físico-financeiro de cada contrato.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método do custo mais margem. Essa receita passou a ser atribuída, a partir de 1º de janeiro de 2009, com base na taxa do custo ponderado médio de capital - WACC nominal, de forma integral aos custos incorridos na administração de contratos de obras e pelo resultado da margem de retorno de investimentos e a margem transferida aos fornecedores de serviços materiais.

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

s. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre imponderabilidade nos recebíveis e de juros sobre aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Os Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

t. Distribuição de dividendos

A Companhia distribui seus dividendos, quando apropriados, na forma de juros sob o capital próprio. Os juros a pagar a acionistas, calculados nos termos do artigo 9º da Lei nº 9.249/95, foram registrados no resultado do exercício, na Rubrica "Despesas Financeiras", conforme determina a legislação fiscal. Para fins de publicação das demonstrações contábeis, os juros sobre o capital próprio estão apresentados a débito de lucros acumulados, contudo os efeitos fiscais ficam registrados no resultado.

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei e de seu Estatuto Social, podendo a ele ser imputado, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais nos termos da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995 e regulamentação posterior, o valor dos juros sobre capital próprio (JSCP) pagos ou creditados, individualmente aos acionistas e como remuneração do capital próprio.

u. Partes relacionadas

A Companhia reconhece como parte relacionada as transações financeiras mantidas com o pessoal-chave da Administração, com o seu acionista majoritário e com as empresas ou órgãos a ele ligados, direta ou indiretamente, desde que haja com essas empresas ou órgãos relações contratuais formalizadas que gerem transações financeiras.

v. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação financeira adicional às demonstrações contábeis preparadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil.

w. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018

Em 1º de janeiro de 2018 entraram em vigor o CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros e o CPC 47 (IFRS 15) - Receitas de Contratos com Clientes, a saber:

CPC 48 (IFRS 9) Instrumentos Financeiros:

O CPC 48 (IFRS 9) substituiu as orientações existentes na CPC 38 (IAS 39) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 (IFRS 9) incluiu novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma manteve as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38 (IAS 39).

Com a vigência da referida norma, a classificação passou a ser baseada no modelo de negócios pelo qual um ativo financeiro é gerenciado pelos seus fluxos de caixa contratuais.

A nova norma preservou parte dos requisitos da norma anterior para a classificação de passivos financeiros. As alterações substanciais na classificação do valor justo estão apresentadas a seguir: (i) a parcela da alteração no justo valor que é atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é apresentada em outros resultados

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

abrangentes; e (ii) a parcela remanescente da variação no valor justo é apresentada no resultado do exercício.

A Administração da Companhia avaliou os impactos da adoção do CPC 48 (IFRS 9) em suas operações e não identificou impactos significativos.

A classificação de instrumentos financeiros de acordo com a nova norma está demonstrada na Nota 22 - Instrumentos financeiros por categoria.

CPC 47 (IFRS 15) Receita de Contrato com Cliente:

O objetivo deste pronunciamento é estabelecer os princípios que a entidade deve aplicar para apresentar informações úteis aos usuários de demonstrações contábeis sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente. O princípio básico deste pronunciamento consiste em que a entidade deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A entidade deve considerar os termos do contrato e todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar este pronunciamento. A entidade deve aplicar este pronunciamento, incluindo o uso de expedientes práticos, de forma consistente com contratos que tenham características similares e em circunstâncias similares.

A adoção desta norma contábil não trouxe impactos no reconhecimento das receitas e, conseqüentemente, nas demonstrações contábeis da Companhia, tendo em vista que os contratos e transações atualmente realizadas, obedecem a todos os passos requeridos.

x. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018

As seguintes normas e interpretações foram emitidas ou revisadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em consonância com o documento correlato emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Apesar de o IASB encorajar a adoção antecipada de novas normas emitidas, tal prática não é permitida no Brasil pelo CPC, portanto a Companhia às aplicará apenas na data de sua adoção inicial.

CPC 06 - R2 (IFRS 16) Operações de arrendamento mercantil:

Este pronunciamento estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de demonstrações contábeis avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

A norma estará Vigente a partir de 1º de janeiro de 2019, revoga o CPC 06 - R1 (IAS 17) e correspondentes interpretações.

A norma estabelece que todos os arrendamentos sejam contabilizados sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros (reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação), porém exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes em relação ao procedimento atual. Esta nova revisão incluiu duas isenções de reconhecimento de arrendamentos de ativos de "baixo valor" e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos).

A Companhia analisou os contratos de arrendamentos mercantis operacionais existentes em 31 de dezembro de 2018 e está na etapa de definições de premissas, principalmente, em relação à taxa de desconto a ser aplicada no cálculo do Ajuste a Valor Presente, dos saldos contratuais.

Nº de Contratos	Classe do Ativo	Saldo Contratual em 31/12/2018
5	Locação de veículos (a)	6.830
36	Locação de imóveis (b).....	863
2	Locação de máquinas e equipamentos (c)	1.225
	Total	8.918

O fluxo de pagamentos para os valores acima estão assim distribuídos:

12 meses	6.209
24 meses	2.562
36 meses	136
48 meses	11
Total	8.918

- a) **Locação de Veículos:** referem-se a veículos nas categorias leve, executivo, utilitário e pesado, na modalidade mensal, com quilometragem livre, exceto aqueles contratados na modalidade diária (sem controle pela Companhia);
- b) **Locação de Imóveis:** referem-se a escritórios regionais, escritórios de atendimento ao público, escritórios administrativos e estações elevatórias;
- c) **Locação Máquinas e Equipamentos:** referem-se a coletores de dados (leitura), microcomputadores, *Tablets*, impressoras e caixas estacionárias.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2018	31.12.2017
Caixa	59	46
Bancos - conta movimento	5.048	3.276
Aplicações Financeiras de Curto Prazo	160.591	75.108
Total	165.698	78.430
Aplicações Financeiras - livre movimentação	31.12.2018	31.12.2017
Caixa Econômica Federal	91.151	75.108
Banestes	69.440	-
Total	160.591	75.108

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários remunerados a taxas que variam em média de 98,0% do Fundo DI.

A Companhia mantém aplicado recursos próprios provenientes de sua atividade, em Certificados de Depósitos Bancários - CDBs que são títulos de renda fixa, cuja remuneração é baseada substancialmente na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia classificou seus títulos e depósitos vinculados como caixa e equivalentes de caixa, por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os ativos financeiros incluem somente valores em reais, não havendo aplicações em moeda estrangeira.

Nenhum desses ativos financeiros encontra-se vencidos e não foram identificadas perdas dos seus valores recuperáveis.

5. DEPÓSITOS VINCULADOS

A Companhia mantém depositado nos Bancos Banestes e Caixa Econômica Federal recursos destinados à execução de obras de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário e outras obrigações conforme quadro a seguir:

Aplicações Financeiras-Depósitos Vinculados	31.12.2018	31.12.2017
SAA Reis Magos.....	-	10.870
Contas Reservas-Obras Financiadas CEF .	2.527	1.814
Conta Reserva PPP.....	8.544	9.166
Programa Águas da Paisagens.....	1.494	8.707
Contrapartida BNDES - Águas da Paisagem	13.522	-
Convênio FINEP.....	121	114
Recursos Gov. Estado para Obras Diversas.....	20.099	1.155
Bloqueios Judiciais.....	396	961
Total	46.703	32.787

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

6. CRÉDITOS E CONTAS A RECEBER DE USUÁRIOS

	31.12.2018			31.12.2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Valores a receber de usuários.....	127.531	7.503	135.034	126.123	7.311	133.434
Valores a receber de Parte relacionada	2.068	-	2.068	1.868	-	1.868
Consumo não faturado	34.055	-	34.055	32.179	-	32.179
Total Contas a Receber	163.654	7.503	171.157	160.170	7.311	167.481
Arrecadação a discriminar.....	(1.601)	-	(1.601)	(228)	-	(228)
(-) Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(18.295)	-	(18.295)	(18.587)	-	(18.587)
	(19.896)	-	(19.896)	(18.815)	-	(18.815)
	143.758	7.503	151.261	141.355	7.311	148.666

O saldo do contas a receber a longo prazo contempla parcela oriunda de parcelamento de faturas de água e esgoto cujo vencimento é 12 meses após o encerramento deste exercício.

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

	31.12.2018	31.12.2017
Valores a faturar	34.055	32.179
Valores faturados		
A vencer (circulante + não circulante).....	45.126	42.049
Vencidos até 30 dias	23.932	23.164
Vencidos de 31 a 60 dias	11.720	11.349
Vencidos de 61 a 90 dias	6.137	6.489
Vencidos de 91 a 120 dias	4.794	5.173
Vencidos de 121 a 150 dias.....	4.057	4.486
Vencidos de 151 a 180 dias.....	3.538	3.704
Vencidos acima de 180 dias	17.768	11.381
	151.127	139.974
Parcelamentos a vencer.....	20.030	27.507
Total.....	171.157	167.481

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 42.393 (R\$ 50.406 em 31 de dezembro de 2017) como perda efetiva do seu contas a receber diretamente no resultado.

	31.12.2018	31.12.2017
Saldo em 1º de janeiro 2018	18.587	21.211
Provisão para perdas de contas a receber	42.101	47.782
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis.....	(42.393)	(50.406)
Saldo em 31 de dezembro 2018.....	18.295	18.587

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na Nota Explicativa nº 22.

6.1. Contas a receber de partes relacionadas

Os valores relativos a contas a receber oriundo de faturas de água e esgoto com partes relacionadas estão assim demonstrados:

Cliente	31.12.2018	31.12.2017
Arquivo Público Estadual.....	1	-
Banestes	5	5
Bandes	2	1
Cia de Transportes Urbanos Grande Vitória	86	75
Corpo de Bombeiros Militar	5	5
Departamento Estadual de Estradas e Rodagem.....	6	2
Defensoria Pública do Espírito Santo	3	2
Departamento de Imprensa Oficial.....	1	1
Estado do Espírito Santo.....	15	18
Instituto Atendimento Sócio Educativo ES ..	40	51
Instituto Capixaba de Pesquisa Assis. Tecn. e Extensão Rural	3	3
Instituto de Defesa Agrop. e Florestal do ES	5	-
Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos	8	6
Instituto Jones dos Santos Neves.....	1	1
Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação	2	1
Instituto de Pesos e Medidas do Espírito Santo.....	-	2
Instituto de Previdência dos Servidores Estaduais	2	1
Ministério Público do ES.....	19	18
Polícia Civil - Delegacias e Distritos	21	13
Polícia Militar	44	47
Procuradoria Geral do Estado	2	-
Secr. Estado de Educação	390	388
SESPORT.....	20	15
Secr. Estado da Saúde.....	215	321
Secr. Estado de Ciência e Tecnologia	4	-
Secr. Estado da Fazenda	4	5
Secr. Estado de Segurança Pública	7	8
Secr. Estado de Cultura	14	5
Secr. Estadual da Justiça	958	710
Secr. Estadual de Agricultura.....	50	36
Secr. Estadual Gestão Recursos Humanos...	-	28
Rádio e Televisão Espírito Santo	1	1
Tribunal de Contas do ES.....	8	8
Tribunal de Justiça	119	83
Outros	7	8
Total.....	2.068	1.868

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

Os impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Imposto de renda antecipado (a).....	10.852	9.923
Contribuição Social antecipada (a).....	289	211
COFINS antecipado Lei nº 9.430/96.....	416	416
PIS Lei nº 9.430/96.....	23	80
Contribuições previdenciárias.....	2.435	3
Outros.....	2.094	-
Total.....	<u>16.109</u>	<u>10.633</u>
Circulante.....	8.910	3.722
Não circulante.....	7.199	6.911
	<u>16.109</u>	<u>10.633</u>

(a) Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social antecipados referem-se à apuração anual demonstrada na nota explicativa nº 31.

Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos

	<u>Ativos</u>		<u>Passivos</u>		<u>Líquidos</u>	
	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Contas de clientes - PDD Gerencial.....	1.073	1.377	-	-	1.073	1.377
Contingências Trabalhistas e Cíveis.....	55.800	60.279	-	-	55.800	60.279
Reserva de reavaliação.....	-	-	(144.698)	(151.062)	(144.698)	(151.062)
Ajustes de RTT.....	(12.087)	(7.802)	-	-	(12.087)	(7.802)
Estudo atuarial Faeces.....	332	332	-	-	332	332
Base - diferença temporária.....	45.118	54.186	(144.698)	(151.062)	(95.580)	(96.876)
Base - diferença temporária.....	4.061	4.877	(12.980)	(13.553)	(8.919)	(8.676)
Impostos ativos (passivos).....	<u>4.061</u>	<u>4.877</u>	<u>(12.980)</u>	<u>(13.553)</u>	<u>(8.919)</u>	<u>(8.676)</u>

Movimento em diferenças temporárias durante o ano:

	<u>Saldo em</u> <u>31.12.2017</u>	<u>Reconhe-</u> <u>cimento</u> <u>apuração</u> <u>do tributo</u>	<u>Saldo em</u> <u>31.12.2018</u>
Reserva de reavaliação....	(13.553)	573	(12.980)
Diferenças temporárias ...	4.877	(816)	4.061
	<u>(8.676)</u>	<u>(243)</u>	<u>(8.919)</u>

10. ADIANTAMENTOS E CONVÊNIOS – LONGO PRAZO

Consiste em valores repassados à operadora de Plano de Saúde que serão cobrados em parcelas junto à folha de pagamento dos empregados.

11. IMOBILIZADO

11.1. Composição dos saldos

	<u>31.12.2018</u>		<u>31.12.2017</u>		
	<u>Taxas anuais</u> <u>depreciação</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u> <u>acumulada</u>	<u>Total</u> <u>Líquido</u>	<u>Total</u> <u>Líquido</u>
Terrenos.....	-	3.844	-	3.844	3.844
Edificações e estruturas.....	4%	23.364	(11.406)	11.959	12.749
Móveis e utensílios.....	10%	8.234	(6.289)	1.945	2.006
Veículos equip. transportes.....	20%	17.045	(16.690)	355	1.662
Máquinas e equipamentos.....	10%	15.055	(11.048)	4.007	4.743
Computadores e periféricos.....	20%	20.712	(18.432)	2.280	2.777
Total.....		<u>88.254</u>	<u>(63.864)</u>	<u>24.390</u>	<u>27.779</u>

A depreciação do exercício de 2018 apropriada ao resultado foi de R\$ 6.231(R\$6.746 em 31 de dezembro de 2017) como despesa administrativa.

8. ADIANTAMENTOS E CONVÊNIOS

Os valores de adiantamentos e convênios estão assim demonstrados:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Adiantamento a fornecedores.....	150	332
Adiantamento a empregados.....	3.712	5.169
Créditos de órgãos públicos.....	150	152
Convênio Prefeitura de Águia Branca.....	-	750
Outros convênios.....	232	270
	<u>4.244</u>	<u>6.673</u>

9. IMPOSTOS DIFERIDOS

Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social reconhecidos no passivo não circulante quando correspondem a diferenças temporárias entre a legislação tributária vigente e as técnicas e pronunciamentos contábeis vigentes.

Prefeitura de Vila Velha – A Companhia firmou o Convenio nº 039/2011 com o Município de Vila Velha para obras de ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Bairro Terra Vermelha e Adjacências no valor R\$3.984, sendo que após a conclusão das obras o Sistema será repassado para operação da CESAN. Até 31 de dezembro de 2018 foi repassado ao município o valor de R\$ 2.699. Por se tratar de obra, efetuamos uma reclassificação contábil do recurso para Obras em Andamento no Ativo Intangível.

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Adiantamento a fornecedores.....	1.827	-
Convênio 39/2011 - Prefeitura Municipal de Vila Velha.....	-	2.699
Total.....	<u>1.827</u>	<u>2.699</u>

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

11.2. Movimentação

	Saldo em 31.12.2016	Adições	2017 Baixas	Saldo em 31.12.2017	Adições	2018 Baixas	Saldo em 31.12.2018
Terrenos.....	3.844	0	0	3.844	-	-	3.844
Edificações e estruturas.....	23.020	202	0	23.223	141	-	23.364
Móveis e utensílios.....	8.322	51	(643)	7.730	529	(25)	8.234
Veículos equip. transportes.....	18.768	0	(1.723)	17.045	-	-	17.045
Máquinas e equipamentos.....	17.089	1.010	(4.303)	13.796	1.421	(162)	15.055
Computadores e periféricos.....	22.462	10	(2.698)	19.774	960	(22)	20.712
Subtotal.....	93.505	1.273	(9.367)	85.412	3.051	(209)	88.254
Depreciação acumulada.....	(59.861)	(6.746)	8.974	(57.633)	(6.388)	157	(63.864)
Total.....	33.644	(5.473)	(393)	27.779	(3.336)	(53)	24.390

12. INTANGÍVEL

12.1. Composição dos saldos

Os sistemas são explorados de acordo com os contratos de concessão com os municípios, cujo prazo de concessão normal é de 30 anos. Findos os prazos, os contratos podem ser renovados ou não.

No caso de não renovação, o valor residual de ativos será indenizado à Companhia.

Em 31 de Dezembro de 2018, a Companhia não tinha conhecimento de nenhuma intenção por parte dos municípios de interromper os referidos contratos de concessão antes de seu encerramento:

	31.12.2018			31.12.2017	
	Custo	Amortização acumulada	Ajuste a Valor Recuperável	Valor líquido	Valor líquido
Ativos da concessão.....	3.120.338	(906.142)	(210.181)	2.004.015	1.911.781
Intangível em andamento.....	507.171	-	-	507.171	480.488
Software.....	75.665	(62.373)	-	13.292	22.429
Total.....	3.703.175	(968.515)	(210.181)	2.524.478	2.414.699

O saldo da conta Intangível em Andamento em 31 de dezembro de 2018, no total de R\$ 507.171, refere-se em obras de ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água no montante de R\$ 135.964; obras relativas a ampliação de Sistemas de Esgotamento Sanitário no montante de R\$ 329.084; R\$ 12.912 em materiais para aplicação em obras e R\$ 29.211 em diversos projetos e obras operacionais nos sistemas operados pela Companhia.

Capitalização de juros e encargos financeiros

Os juros e demais encargos financeiros incidentes sobre os empréstimos e financiamentos de ativos durante a fase de construção são apropriados no custo dos empreendimentos na conta de obras em andamento até a sua conclusão. Assim que o empreendimento é concluído os juros e encargos passam a ser contabilizados como despesas financeiras.

No exercício findo em 31/12/2018 foram capitalizados juros e demais encargos financeiros, incorridos sobre os recursos e empréstimos que financiaram os projetos e obras da Companhia no montante de R\$ 5.495 (R\$ 3.293 no exercício 2017).

A amortização do exercício de 2018 foi de R\$ 92.775 (R\$87.290 em 2017).

Análise do Valor de Recuperação dos Ativos

De acordo com o CPC 01 (R1), aprovado, a Companhia realizou estudo técnico para determinar o valor recuperável de seus ativos, utilizando as seguintes premissas:

- Para a apuração do valor recuperável dos ativos, ou unidades geradoras de caixa da CESAN, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos;
- As estimativas de fluxo de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos, como sugere o CPC 01 (R1) no seu item 33b;
- Os comparativos, para obtenção de possíveis valores de ativos não recuperáveis, foram realizados com base em moeda constante, ou seja, foram desconsiderados os efeitos da inflação;
- As projeções das receitas, nos fluxos de caixa, foram baseadas nos seguintes indicadores: aumento médio no número de ligações (crescimento vegetativo), consumo médio em m³ por ligação e a tarifa média cobrada por m³;
- O valor contábil dos ativos (ou unidades geradoras de caixa), na data final das estimativas dos fluxos do caixa, também foi considerado como valor recuperável. O referido procedimento é baseado nos contratos de concessão, haja vista que os mesmos preveem ressarcimento pelos municípios no caso de não renovação ou quebras de contrato;

12.2. Movimentação

Intangível	2017					Saldo em 31.12.2017
	Saldo em 31.12.2016	Adições	Baixas	Amortização	Ajuste a Valor Recuperável	
Ativos da concessão líquidos.....	1.779.587	225.833	(10.227)	(77.456)	(5.956)	1.911.781
Intangível em andamento.....	406.310	224.234	(150.056)	-	-	480.488
Software.....	29.448	2.815	-	(9.833)	-	22.429
	2.215.345	452.882	(160.282)	(87.290)	(5.956)	2.414.699
Intangível	2018					Saldo em 31.12.2018
	Saldo em 31.12.2017	Adições	Baixas	Amortização	Ajuste a Valor Recuperável	
Ativos da concessão líquidos.....	1.911.781	427.789	(227.547)	(82.606)	(25.402)	2.004.015
Intangível em andamento.....	480.488	226.413	(199.730)	-	-	507.171
Software.....	22.429	1.032	-	(10.169)	-	13.292
	2.414.699	655.234	(427.277)	(92.775)	(25.402)	2.524.478

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

13. CONTRATO DE CONCESSÕES INDENIZÁVEIS

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2018, R\$ 192.387 (R\$ 175.884 em 31 de dezembro de 2017) como contas a receber do poder concedente (municípios), referente ao montante esperado de recebimento ao final das concessões. Estes valores foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, tendo sido descontados pelas taxas médias ponderadas de custo de capital - WACC, atrelados às respectivas contas a receber.

Os valores dos ativos intangíveis foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão e o valor contábil dos ativos financeiros reconhecidos.

A receita de construção em concessões públicas de saneamento corresponde ao custo dos investimentos realizados pelo concessionário, acrescido de uma pequena margem de lucro. A CESAN realizou estudos com base estatística sobre seus contratos de terceirização de construções de obras, serviços, projetos e fiscalização, ponderando com o custo de oportunidade do capital, encontrando o percentual de 1,70% da margem de ganho sobre estes tipos de contratos.

Os resultados dos serviços de construção realizados pela Companhia, apurados conforme ICPC-01 e CPC-17 no exercício atual e no exercício anterior, estão demonstrados a seguir:

	31.12.2018	31.12.2017
Receitas de Construção	20.173	17.824
(-) Custos de Construção.....	17.143	15.284
(=) Receita de Construção Líquida....	3.030	2.540

Tais valores foram reconhecidos contabilmente no ativo intangível com contrapartida no resultado do exercício.

14. FORNECEDORES

As obrigações com fornecedores estão relacionadas a gastos com serviços e materiais necessários à execução dos projetos da Companhia. Os saldos estão assim demonstrados:

	31.12.2018	31.12.2017
Fornecedores de materiais.....	3.408	5.146
Fornecedores de serviços.....	35.979	34.462
Total.....	39.387	39.608
Circulante.....	38.571	39.391
Não Circulante	816	217
Total.....	39.387	39.608

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31.12.2018			31.12.2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Em moeda nacional						
CEF (a)	12.271	188.022	200.293	11.188	183.234	194.422
BANESTES-FINAME (b).....	318	-	318	294	318	612
BNDES (c).....	-	23.320	23.320	-	-	-
Total.....	12.589	211.342	223.931	11.482	183.552	195.034

	Movimentação			
	31.12.2017	Adição	Amortização	31.12.2018
CEF	194.422	17.148	(11.277)	200.293
BNDES	-	23.320	-	23.320
BANESTES-FINAME.....	612	-	(294)	318
Total.....	195.034	40.468	(11.571)	223.931

(a) **Caixa Econômica Federal** – formado por 38 contratos firmados com a Caixa Econômica Federal, com recursos do FGTS, utilizados para implantação e ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, em diversos municípios do Estado do Espírito Santo. O prazo final para pagamento é em 2041. As taxas de juros dos contratos variam de 6,00% a 9,50% a.a., utilizando como indexador a Taxa Referencial – TR.

Garantias

As garantias contratuais dos contratos da Caixa estão estabelecidas da forma padronizada em seus contratos, conforme segue:

"O Tomador oferece à CAIXA, a partir da data de assinatura do contrato, em caráter irrevogável e irretratável, até que a dívida seja integralmente quitada, o penhor dos direitos emergentes de contrato(s) de concessão ou contrato(s) programa, caucionando os direitos creditórios referentes à arrecadação da receita tarifária obtida pelo Tomador em virtude da exploração dos serviços de saneamento básico, em conformidade com o que preconiza os artigos 1.451 à 1.460 do Código Civil Brasileiro e o artigo 28 da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005.

A receita garantida pelo presente penhor correspondente ao valor de três vezes o encargo mensal, composto na fase de carência por juros, taxa de administração e taxa de risco de crédito e, na fase de amortização, por principal, juros, taxa de administração e taxa de risco de crédito, calculado com base na última cobrança disponível para o contrato, permanecendo, a receita ora dada em garantia vinculada até a total liquidação das obrigações assumidas no contrato, depositada na Conta Arrecadadora."

Além das garantias expostas acima, o Contrato de Financiamento nº 0410.553.65/2014, para execução de obras de ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do Bairro Civit e adjacências, município de Serra, neste Estado, exige em sua Clausula 13.13.1:

"Conta de Titularidade do TOMADOR, vinculada a este contrato de financiamento, aberta na agência da CAIXA Agência Beira Mar/ ES – nº 0167-8 nº. – 0167.03.9692-3, não movimentável por

seu titular, mantida durante todo o período de vigência do contrato de financiamento, na qual é acumulado saldo equivalente a 01 encargo mensal, composto na fase de carência por juros, taxa de administração e taxa de risco de crédito e, na fase de amortização, por principal, juros, taxa de administração e taxa de risco de crédito calculado com base na última cobrança disponível para este contrato, permanecendo este saldo bloqueado até a liquidação do financiamento ora concedido.

(b) **BANESTES /FINAME**– Em dezembro de 2014 foi assinada Cédula de Crédito bancário com o Banco do Estado do Espírito Santo – Banestes, com recursos captados pelo BNDES originários de repasse do BNDES e da Agência Especial de Financiamento – FINAME, por meio do Programa de Sustentação do Investimento – PSI, sendo o Banestes o agente financeiro desta operação. Esta operação destina-se à aquisição de 25.000 hidrômetros. As garantias das obrigações assumidas na cédula de crédito pela Cesan serão os próprios bens a serem adquiridos na forma de alienação fiduciária.

A composição da **Cédula é a seguinte:**

Operação nº 2014/41693-2.

- **Assinatura:** 30 de dezembro de 2014;
- **Finalidade:** aquisição de 25.000 hidrômetros;
- **Programa:** BNDES/FINAME/PSI;
- **Valor:** R\$1.175;
- **Taxa de Juros:** 6,00% a.a.;
- **Carência:** 12 meses;
- 04 parcelas trimestrais de juros vencendo a primeira em 15 de maio de 2015;
- 48 parcelas mensais de amortização vencendo a primeira em 15 de fevereiro de 16;
- **Prazo total:** 60 meses.

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

(c) BNDES – Contrato firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social para garantir recursos da contra partida para as obras do Programa Águas das Paisagens,

Obrigações Especiais da Beneficiária relativas ao Desempenho Financeiro – Covenants

A cláusula nona do Contrato nº 18.2.0347.1 prevê a manutenção até a vigência do contrato de todos os índices financeiros abaixo estipulados, a serem apurados semestralmente, com base nas informações constantes nas demonstrações financeiras contábeis consolidadas.

Índice	Meta	Índice Apurado
EBTIDA Ajustado/Serviço da Dívida Ajustado	Maior ou igual a 1,5	7,37
Dívida Líquida Ajustada+ Outras Dívidas/ EBTIDA Ajustado	Menor ou igual a 4,0	0,09

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Os impostos e contribuições a recolher estão assim demonstrados:

	31.12.2018	31.12.2017
ISS retido na fonte	1.500	1.701
Contribuição social.....	630	685
Contribuições retidas na fonte	704	968
PIS	570	559
COFINS.....	2.668	2.596
INSS retido na fonte	1.420	1.508
Outras retenções e contribuições	–	3
Imposto de renda retido na fonte.....	2.951	2.303
Total.....	10.443	10.323

17. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

Os salários e encargos sociais a pagar estão assim demonstrados:

	31.12.2018	31.12.2017
INSS a pagar	9.267	8.543
FGTS a pagar.....	2.814	2.400
Pensionista a pagar.....	–	1
Sesi/Senai a pagar	179	226
Consignações a pagar	1.337	1.329
Férias a pagar.....	15.618	13.276
Licença prêmio.....	5.315	4.925
Total.....	34.530	30.700

18. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS

18.1. Processos com probabilidade de perda provável

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem processos de natureza cível, trabalhista, tributária e ambiental. A CESAN mantém provisão contábil julgada suficiente de acordo com a posição dos assessores jurídicos para fazer face diante das questões judiciais nas quais a Companhia é ré. Essas provisões estão apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, da seguinte maneira:

	Depósitos judiciais		Processos judiciais	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Cível (a).....	3.736	5.753	13.474	14.876
Tributária (b)....	16.164	10.143	4.333	3.269
Trabalhista (c).	21.621	13.922	38.789	38.699
Ambiental (d) .	–	–	–	2.590
Total.....	41.521	29.818	56.596	59.434
Curto prazo	–	–	19.435	19.854
Longo prazo....	41.521	29.817	37.161	39.580
	41.521	29.817	56.596	59.434

Movimentação dos Processos Judiciais

Circulante	31.12.2017	Adições	Baixas	31.12.2017
Trabalhista.....	2.388	1.979	2.739	1.628
Ambiental.....	2.590	–	2.590	–
Tributário	–	6.412	2.079	4.333
Cível	14.876	10.517	11.919	13.474
Total.....	19.854	18.908	19.327	19.435

Não circulante

Trabalhista.....	36.310	5.743	4.892	37.161
Tributário	3.270	–	3.270	–
Total.....	39.580	5.743	8.162	37.161
Trabalhista.....	38.698	7.722	7.631	38.789
Ambiental.....	2.590	–	2.590	–
Cível.....	14.876	10.517	11.919	13.474
Tributário	3.270	6.412	5.349	4.333
Total.....	59.434	24.651	27.489	56.596

Movimentação Depósitos Judiciais

Não circulante	31.12.2017	Adições	Baixas	31.12.2018
Cível.....	5.752	895	2.912	3.735
Tributário	10.143	11.289	5.267	16.165
Trabalhista.....	13.922	13.020	5.321	21.621
Total.....	29.817	25.204	13.500	41.521

a) A provisão cível refere-se a processos movidos por terceiros contra a Companhia decorrentes de demandas relacionadas a danos materiais e morais, pedidos de reembolsos em relação à prestação de serviços da Companhia e à cobrança de serviços, etc.;

b) A provisão tributária refere-se a autos de infração do INSS em decorrência de fiscalizações realizadas. A Companhia vem contestando administrativa e judicialmente os referidos autos;

c) A provisão trabalhista refere-se basicamente a questionamentos proferidos por ex-empregados e empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade subsidiária), pleiteando equiparação, diferenças salariais, adicional noturno, intervalo intrajornadas, horas extras e outras verbas trabalhistas;

18.2. Processos judiciais com probabilidade de perda possível

A Companhia discute outras ações judiciais para as quais tem expectativa de desfecho favorável. Para essas ações, não foi constituída provisão para eventuais perdas, conforme estabelece o CPC 25, bem como a Companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para a defesa.

Os processos em andamento na instâncias judicial, perante diferentes tribunais, nos quais a Companhia é parte passiva, estão assim distribuídos:

Natureza	31.12.2018	31.12.2017
Cível.....	6.606	11.476
Trabalhista.....	35.314	29.690
Tributária	18.075	17.453
Ambiental.....	–	1.775
Total.....	59.995	60.394

19. CONTRIBUIÇÕES PARA FAECES (BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO)

Política Contábil

A Companhia patrocina plano de pensão para seus funcionários, o qual inclui planos de benefício definido e contribuição definida, administrados pela FAECES - Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN, entidade fechada de previdência complementar.

19.1. Plano de benefício definido

São planos de benefícios pós-emprego que não sejam planos de contribuição definida. Pelos planos de benefícios definidos a obrigação da entidade empregadora é a de proporcionar os benefícios acordados com os empregados correntes e antigos e o risco atuarial (que os benefícios custem mais do que o esperado) e o risco

de investimento recaem, substancialmente, na entidade empregadora. Se a experiência atuarial ou de investimento forem piores que o esperado, a obrigação da entidade empregadora pode ser aumentada.

19.1.1. Plano de custeio

- Contribuição mensal e joia dos participantes;
- Contribuição mensal dos patrocinadores;
- Dotação dos patrocinadores, a serem fixadas atuarialmente;
- Receitas de aplicação do patrimônio;
- Doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias, não previstas nos itens precedentes.

19.1.2. Benefícios

Plano instituído em 25 de maio de 1995, cujo regulamento está adaptado aos ditames das Leis nº Complementares nº108/01 e 109/01, garantindo o direito aos institutos de portabilidade, benefício proporcional diferido, resgate e auto patrocínio, e prevê a concessão dos seguintes benefícios complementares aos da Previdência Oficial:

- Suplementação da aposentadoria por invalidez;
- Suplementação da aposentadoria por tempo de serviço, inclusive sob a forma antecipada;
- Suplementação da aposentadoria por idade;
- Suplementação da aposentadoria especial;
- Suplementação de pensão;
- Pecúlio por morte.

a) Salário de participação

O salário-de-participação (SP) é a base de cálculo das contribuições e benefícios dos participantes e equivalerá à soma dos valores pagos pelo patrocinador a título de ordenado fixo, adicional por tempo de serviço e quinquênio.

b) Salário real de benefício

O salário-real-de-benefício (SRB) corresponderá a 78% (setenta e oito por cento) da média aritmética simples dos 12 (doze) últimos salários-de-participação anteriores ao mês do início do benefício, excluído o 13º salário, corrigidos para esse mês pela variação do INPC (IBGE).

c) Condições gerais para concessão e manutenção dos benefícios

Para a obtenção de qualquer das suplementações de aposentadoria é indispensável a concessão do benefício básico pela Previdência Oficial, sendo, no caso de aposentadoria programada (tempo de serviço, idade e especial) será exigido ainda o desligamento do quadro de pessoal da patrocinadora.

Carências (aposentadoria programada)

- **Idade mínima:** 55 anos, no caso de aposentadoria tempo de serviço, e 53 anos, no caso de aposentadoria especial;
- **Tempo mínimo de empresa:** 10 anos (fundadores);
- **Tempo mínimo de plano:** 15 anos (não fundadores).

Carência (aposentadoria por invalidez)

- **Tempo mínimo de plano:** dois anos, exceto nos casos de invalidez involuntária.

Suplementação de aposentadoria

A suplementação de aposentadoria corresponderá ao maior valor entre a diferença do SRB e o benefício concedido pela previdência oficial e 15% do SRB.

Suplementação de Pensão

- **Por morte em atividade:** 75% da suplementação de aposentadoria por invalidez que o participante teria direito na data da sua morte;
- **Por morte na aposentadoria:** 75% da suplementação da aposentadoria que o assistido recebia por ocasião do seu falecimento.

Pecúlio por morte

Benefício de pagamento único devido em caso de morte do participante ativo ou assistido, de valor correspondente a cinco vezes o valor da suplementação de aposentadoria que ele percebia ou que perceberia caso se invalidasse na data do óbito.

Reajuste

As suplementações serão reajustadas no mês de maio de cada ano pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), divulgado pelo IBGE, no período compreendido entre maio do ano anterior ao de competência do reajuste e abril do ano de competência do reajuste.

19.2. Plano de contribuição definida

São planos de benefícios pós-emprego pelos quais uma entidade empregadora/patrocinadora paga contribuições fixadas a uma entidade separada (um fundo) e não terá obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não detiver ativos suficientes para pagar todos os benefícios relativos ao serviço dos empregados no período corrente e em períodos anteriores; ou seja, a obrigação legal ou construtiva da entidade empregadora/patrocinadora é limitada à quantia que ela aceita contribuir para o fundo; em consequência, o risco atuarial (que os benefícios serão inferiores aos esperados) e o risco de investimento (que os ativos investidos serão insuficientes para satisfazer os benefícios esperados) recaem sobre o empregado.

19.2.1. Plano de custeio

- Rendimentos das aplicações do patrimônio;
- Outras fontes de receitas legalmente permitidas;
- Recursos portados de outras Entidades de Previdência Complementar;
- Contribuições mensais dos participantes, assim estabelecidas no regulamento:
- Contribuição Básica de Participante, de caráter opcional, corresponde ao resultado da aplicação sobre o Salário de Participação de um percentual escolhido pelo Participante, respeitando-se o mínimo de 1% efetuada no máximo 12 vezes por ano;
- Contribuições Adicionais, de caráter voluntário, efetuadas a qualquer época, sendo seus valores livremente escolhidos pelo Participante, observadas as disposições legais;
- Contribuições de Benefícios de Risco de Participante, de caráter mensal e obrigatório, estabelecidas no Plano de Custeio Anual, destinadas a custear, paritariamente com o Patrocinador, os Benefícios de Aposentadoria por Invalidez, Pensão por Morte e Pecúlio;
- Contribuições Administrativas de Participante, de caráter mensal e obrigatório, estabelecidas no Plano de Custeio Anual, são destinadas a custear, paritariamente com o Patrocinador, as Despesas Administrativas, observados os limites estabelecidos pela legislação pertinente;
- Contribuição de Participante em Benefício Proporcional Diferido, de caráter opcional, que consiste em aporte de contribuições do Participante que tenha optado pelo Benefício Proporcional Diferido.

Contribuições mensais dos patrocinadores, assim estabelecidas no regulamento

- Contribuição Normal de Patrocinador, igual à Contribuição Básica de Participante, limitada a 7% do Salário de Participação, efetuada no máximo 12 vezes por ano;
- Contribuições de Benefícios de Risco de Patrocinador, de caráter mensal e obrigatório, estabelecidas no Plano de Custeio Anual, destinadas a custear, paritariamente com o Participante, os Benefícios de Aposentadoria por Invalidez, Pensão por Morte e Pecúlio;
- Contribuições Administrativas de Patrocinador, de caráter mensal e obrigatório, estabelecidas no Plano de Custeio Anual, são destinadas a custear, paritariamente com o Participante, as Despesas Administrativas, observados os limites estabelecidos pela legislação pertinente.

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

A contribuição Normal de Patrocinador, relativa a cada Participante, cessará automaticamente na primeira das seguintes ocorrências

- Término do vínculo por qualquer razão;
- Quando o Participante for elegível ao Benefício de Aposentadoria Normal;
- Em caso de concessão de Benefício assegurado por este Regulamento.

19.2.2. Benefícios

Plano instituído em 01 de fevereiro de 2006, cujo regulamento prevê a concessão dos seguintes benefícios:

- Renda de Aposentadoria por invalidez;
- Renda de Aposentadoria Normal;
- Renda de Aposentadoria Antecipada;
- Complementação de pensão por Morte;
- Pecúlio por Morte;
- Abono Anual.

O regulamento garante ainda o direito aos institutos de portabilidade, benefício proporcional diferido, resgate. Além disso, permite o pagamento em parcela única de até 25% do Saldo de Conta Aplicável.

a) Salário-de-participação

O salário-de-participação (SP) é a base de cálculo das contribuições dos participantes e equivalerá a soma das rubricas fixas relativas à remuneração do Participante, pagas mensalmente e em caráter habitual pelo Patrocinador, excluindo-se as parcelas pagas com a periodicidade não-mensal, tais como: 13º salário, horas extras, gratificações, participação em resultados, bônus, abono e adicional de férias.

b) Salário real de benefício

O Salário Real de Benefício (SRB) é o valor correspondente à média aritmética simples dos 12 últimos Salários de Participação, atualizados monetariamente pelo INPC, até o mês da concessão do benefício, e será aplicado no cálculo da renda vitalícia de invalidez.

Unidade mínima FAECES

Valor correspondente a R\$562,85 (quinhentos e sessenta e dois reais e oitenta e cinco centavos) em 31 de dezembro de 2018, reajustado anualmente, no mês de maio, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, da Fundação IBGE.

c) Condições gerais para concessão e manutenção dos benefícios

- **Carências (Aposentadoria Programada):** a complementação de aposentadoria será concedida ao participante que a requerer, desde que:
 - Tenha completado dez anos de contribuição para o Plano;
 - Comprove a cessação do vínculo empregatício com o patrocinador.
 - Tenha atingido a idade mínima:
 - Aposentadoria Normal: 55 anos de idade;
 - Aposentadoria Antecipada: 50 anos de idade;
- **Carência (Aposentadoria por invalidez):**
 - Tempo mínimo de plano: 2 anos, exceto nos casos de invalidez involuntária;
 - Concessão do respectivo benefício básico pela Previdência Oficial.
 - Da Renda de Aposentadoria Normal e Antecipada.

O valor inicial do benefício de aposentadoria normal ou antecipada será obtido a partir da conversão atuarial em renda vitalícia do Saldo de Conta Aplicável na data do requerimento, conforme as regras estabelecidas no Regulamento.

Renda de Aposentadoria por Invalidez

O valor inicial do benefício de aposentadoria por invalidez corresponderá ao maior valor entre:

- O resultado da conversão atuarial do Saldo de Conta Aplicável na data do requerimento em renda mensal vitalícia;
- A diferença de 60% do salário-real-de-benefício e 10 (dez) Unidades Mínimas FAECES;
- 10% do salário-real-de-benefício.

Renda de Pensão por morte em atividade

O valor inicial do benefício de Pensão por morte em atividade corresponderá ao maior valor entre:

- O resultado da conversão atuarial do Saldo de Conta Aplicável no mês de falecimento do participante em renda mensal vitalícia;

- A diferença de 60% do salário-real-de-benefício e 10 Unidades Mínimas FAECES;
- 10% do salário-real-de-benefício;

Renda de Pensão por morte na aposentadoria

- No caso de falecimento de Assistido em gozo do Benefício de Aposentadoria Normal ou de Aposentadoria Antecipada, o valor mensal do Benefício de Pensão por morte após a aposentadoria será igual a um percentual do valor do benefício que o assistido percebia da FAECES, variável entre 60% e 100%, de acordo com a opção feita pelo do participante falecido na data da sua aposentadoria;
- No caso de falecimento de Assistido em gozo do Benefício de Aposentadoria por Invalidez que tenha Beneficiário, o valor mensal do Benefício de Pensão por Morte após Aposentadoria será igual a 100% (cem por cento) do valor do Benefício que o Assistido percebia da FAECES.

Pecúlio por morte

Benefício de pagamento único devido em caso de morte do participante ativo ou assistido, de valor correspondente a cinco vezes o valor da renda de aposentadoria que ele percebia ou que perceberia caso se invalidasse na data do óbito.

Reajuste

As suplementações serão reajustadas no mês de maio de cada ano pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), divulgado pelo IBGE, no período compreendido entre maio do ano anterior ao de competência do reajuste e abril do ano de competência do reajuste.

19.3. Premissas utilizadas para o cálculo do passivo e das projeções

As premissas atuariais representam o conjunto de variáveis ou hipóteses admitidas nas avaliações anuais para projeção dos compromissos com benefícios definidos. Os itens seguintes registram as principais hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial, classificadas em quatro categorias: econômicas, biométricas, demográficas e outras.

19.3.1. Hipóteses econômicas e financeiras

19.3.1.1. Indicadores

- a) Indexador Econômico: INPC;
- b) Retorno dos Investimentos: Indexador Econômico + 5,21% a.a.;
- c) Inflação futura estimada para cálculo das perdas e ganhos: 4,40% a.a.;
- d) Taxa para desconto a valor presente: Inflação + 5,21% a.a.;
- e) Crescimento real anual de salários: 1,5%;
- f) Crescimento real dos Benefícios do Plano: nulo.

19.3.1.2. Fator de capacidade

O fator de capacidade reflete o impacto da deterioração pela inflação de valores monetários entre duas datas-base de reajuste:

- a) **Capacidade Salarial:** Não adotado;
- b) **Capacidade do benefício:** Não adotado.

19.3.1.3. Hipóteses biométricas e demográficas

19.3.1.4. Biométrica (Ativos, Aposentados e Pensionistas)

- a) **Mortalidade Geral:** AT-83 segregada por sexo;
- b) **Entrada em Invalidez:** LIGHT (média);
- c) **Mortalidade de Inválidos:** IAPB 57 Forte.

19.3.1.5. Demográfica (Ativos)

- a) **Rotatividade:** 0,0%;
- b) **Geração Futura:** Não adotada. Os compromissos dos novos ingressantes são apurados somente após sua efetiva adesão ao plano.

19.3.1.6. Outras hipóteses

- a) **Entrada em Aposentadoria:** 100% dos Participantes Ativos se aposentarão quando se habilitarem ao benefício regulamentar;
- b) **Composição familiar do participante:** considera-se que 90% são casados, a esposa é quatro anos mais jovem, com dois filhos dependentes cuja maioria será alcançada quando ele atingir 55 (cinquenta e cinco) anos;
- c) **Composição familiar do participante aposentado e do pensionista:** adotado a composição familiar real.

Os valores reconhecidos no Balanço Patrimonial nos exercícios ora apresentados abaixo são:

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

Plano de Benefício DefinidoExercício fiscal findo em: **31.12.2018** **31.12.2017****A. Reconciliação do valor das obrigações atuariais**

Valor das obrigações no início do ano	404.954	376.711
Custo do serviço corrente	2.878	4.606
Juros sobre a obrigação atuarial	38.544	40.680
Benefícios pagos no ano	(25.107)	(24.029)
(Ganho)/perda atuarial.....	(31.424)	6.986

Valor das obrigações no final do ano **389.845** **404.954****B. Reconciliação do valor justo dos ativos**

Valor justo dos ativos no início do ano...	303.558	278.303
Rendimento esperado no ano	28.946	30.183
Contribuições de patrocinadoras	1.642	1.928
Contribuições Extraordinárias patronais ..	5.702	7.667
Contribuição de participantes vertidas ao Plano	5.177	5.304
Contribuições extraordinárias participantes.....	108	1.326
Benefícios pagos no ano	(27.646)	(24.029)
Ganho/(perda) atuarial nos ativos do plano	17.244	2.876

Valor justo dos ativos no final do ano **334.731** **303.558****C. Conciliação dos valores reconhecidos no balanço**

Valor presente das obrigações atuariais com cobertura.....	389.845	404.954
Valor justo dos ativos do plano	(334.731)	(303.558)
Déficit/(Superávit) para cobertura de planos.....	55.114	101.396
Contrato de confissão de dívida contabilizado.....	11.403	17.105

Total **43.711** **84.292**

Passivo/(Ativo) Líquido..... 55.114 101.396

D. Componentes da despesa / (receita) do plano

Custo do serviço corrente	2.878	4.606
Juros sobre as obrigações atuariais	38.544	40.680
Rendimento esperado dos ativos do plano	28.946	30.183
Total da despesa (receita) a ser reconhecida.....	70.368	75.469

E. Resumo dos Dados Cadastrais**Participantes Ativos**

Quantitativo.....	368	403
Salário Médio (R\$).....	7.236	6.951
Idade Média.....	57,5	57
Tempo médio de serviço	33	33

Aposentados

Quantitativo.....	753	739
Idade Média.....	68	68
Benefício médio (R\$).....	2.337	2.277

Pensões

Quantitativo.....	211	195
Idade Média.....	65	66
Benefício médio.....	792	782

1. Componentes da despesa/(Receita) do plano projetada para próximo ano

Custo do serviço corrente bruto.....	1.897	2.878
Juros sobre obrigação atuarial	33.074	38.544
Contribuições de participantes.....	(5.643)	(5.621)
Rendimento esperado dos ativos.....	(28.579)	(28.946)
Total da (despesa) / receita a ser reconhecida.....	749	6.855

2. Hipóteses usadas para determinar a despesa/(Receita) do plano

Taxa de juros nominal:.....	4,57	5,21
Projeção salarial (ao ano):.....	1,5	1,5
Inflação (ao ano):	3,96	4,4

19.4. Confissão de dívida

A Companhia assinou contrato de confissão de dívida, obrigando-se ao pagamento em 17 anos, contados a partir de janeiro de 2001, do valor referente ao tempo de serviço dos seus empregados, transcorrido anteriormente à criação da FAECES. Tal contrato foi averbado como tempo de contribuição efetiva, em conformidade com o que dispõe a Deliberação nº 1.812/94 aprovada pelo Conselho de Administração da CESAN em sua 514ª Reunião.

Em 17 de janeiro de 2008 foi assinado termo aditivo ao contrato de confissão de dívida com pacto adjeto de caução entre a CESAN e a FAECES, no qual é confessada a dívida de R\$51.394 que deverá ser paga em 120 parcelas mensais e sucessivas a partir de janeiro de 2008, vencendo a última em 31 de dezembro de 2017.

Adicionalmente ao valor da parcela a amortizar, a CESAN obriga-se a pagar mensalmente, sobre o saldo devedor, uma taxa de juros de 6% ao ano, acrescida do INPC-IBGE do mês anterior ao mês de competência de cada parcela.

Em 30 de dezembro de 2014, foi assinado o Termo Aditivo nº 02 ao Contrato de Confissão de Dívida para recompor as reservas matemáticas surgidas a partir da revisão do Plano de Carreiras e Remuneração (PCR) dos empregados no valor de R\$ 11.388 que deverá ser pago em 60 parcelas mensais e sucessivas a partir de janeiro de 2015, inclusive, terminando em 31 de dezembro de 2019.

Em 24 de novembro de 2015, foi assinado o Termo Aditivo nº 03 ao Contrato de Confissão de Dívida para recompor as reservas matemáticas surgidas a partir da revisão do Plano de Carreiras e Remuneração (PCR) dos empregados no valor de R\$ 7.063 que deverá ser pago em 60 parcelas mensais e sucessivas a partir de janeiro de 2016, inclusive, terminando em 31 de dezembro de 2020.

O quadro a seguir demonstra a posição da parcela amortizante, relativa ao compromisso da CESAN junto à FAECES.

	31.12.2018	31.12.2017
Passivo Circulante.....	3.331	6.294
Passivo não Circulante.....	8.552	11.403
Passivo não Circulante-CPC 33	43.711	84.292
Total	55.594	101.989

Quanto ao Plano de Contribuição Definida, a Cia repassou a FAECES até a data de 31/12/2018 os valores abaixo:

	31.12.2018	31.12.2017
Contribuição ao Plano II – CD.....	2.597	2.385
Total	2.597	2.385

20. CRÉDITOS DE ACIONISTAS

A Companhia recebeu créditos monetários do Estado do Espírito Santo, seu acionista controlador para execução de obras de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário para os municípios que detém a concessão conforme quadro abaixo:

Movimentação dos Créditos de Acionistas

	31.12.2017	Adições	Baixas	31.12.2018
Créditos para investimentos	17.242	38.744	17.242	38.744
	17.242	38.744	17.242	38.744

21. SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTO

A Companhia recebe repasses de órgãos públicos para execução de obras em Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário em determinadas localidades e/ou regiões. Os valores são reconhecidos como receita quando do efetivo reconhecimento da despesa.

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

	31.12.2018	31.12.2017
Município de Cariacica (a)	298	306
Município de Viana..... (b)	193	199
Secret. Estado de Turismo (c)	714	928
Sedurb - Nova Venécia (d)	-	5.863
Sedurb - Santa Leopoldina..... (e)	-	1.086
Sedurb - Pancas (f)	-	5.407
Sedurb - Cariacica (g)	-	105
FINEP (h)	-	403
Governo do Estado-Conv. ICMS (i)	4.612	5.996
Sedurb - Mucurici (j)	-	823
Suppin- Serra (k)	4.653	4.963
Pref. Vitória (l)	46.295	48.849
Total	56.765	74.928

- (a) Refere-se a recursos recebidos para ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Novo Brasil e Adjacências, com a obra em operação;
- (b) Refere-se a recursos recebidos para ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Areinha e Adjacências, com a obra em operação;
- (c) Refere-se a recursos recebidos para implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Vila Itaúnas, município de Conceição da Barra, a obra em operação;
- (d) Refere-se a recursos recebidos para ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Nova Venécia;
- (e) Refere-se a recursos recebidos para ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do município de Santa Leopoldina;
- (f) Refere-se a recursos recebidos para implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário na sede do Município de Pancas;

- (g) Refere-se a recursos recebidos para ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Nova Rosa da Penha e adjacências, no município de Cariacica;
- (h) Refere-se a recursos recebidos da FINEP, empresa vinculada ao Ministério de Ciência e Tecnologia para financiamento de uma pesquisa para desenvolver soluções tecnológicas para geração de biocombustível em Estações de Tratamento de Esgoto;
- (i) A Companhia recebeu recursos oriundos da isenção de ICMS nas operações internas com energia elétrica destinadas ao seu consumo, realizadas até 31 de dezembro de 2014, para serem gastos em investimentos nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário;
- (j) Refere-se a recursos recebidos para ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Sede do município de Mucurici.
- (k) Refere-se aos Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Loteamento Cercado da Pedra localizado no município de Serra doadas a CESAN pela SUPPIN.
- (l) Refere-se ao Sistema de Esgotamento Sanitário do bairro Grande Vitória e adjacências localizado no município de Vitória repassado para operação da CESAN.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos a pagar, contas a pagar e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui empréstimos e outros créditos, contas a receber de clientes e outras contas a receber à vista e em curto prazo, que resultam diretamente de suas operações.

Visão geral

O quadro a seguir demonstra a posição em aberto referente a instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa.....	
Contas a receber de clientes	
Depósitos Vinculados	
Adiantamentos e convênios.....	
Contratos de concessão indenizáveis.....	

Total do ativo financeiro

Passivos financeiros

Outros passivos financeiros

Empréstimos, financiamentos.....	
Fornecedores	
Créditos de acionistas	

Total passivo financeiro

Mensuração	31.12.2018		31.12.2017	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Custo Amortizado	165.698	165.698	78.430	78.430
Custo Amortizado	151.261	151.261	148.666	148.666
Custo Amortizado	46.703	46.703	32.787	32.787
Custo Amortizado	6.071	6.071	6.673	6.673
Custo Amortizado	192.387	192.387	177.053	177.053
	562.120	562.120	443.609	443.609
Custo Amortizado	223.931	223.931	195.034	195.034
Custo Amortizado	39.438	39.438	39.608	39.608
Custo Amortizado	38.744	38.744	17.242	17.242
	302.113	302.113	251.884	251.884

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os riscos de mercado englobam três tipos: risco de juros, risco de cambio e risco de preços.

Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar e depósitos.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2018 de 31 de dezembro de 2017.

A análise de sensibilidade do respectivo item da demonstração de resultado é o efeito das mudanças presumidas nos respecti-

vos riscos de mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

Risco de preço

O fluxo de caixa da CESAN não está sujeito às variações nos preços de mercado, visto que as tarifas são previamente definidas pela Agência de Regulação de Serviços Públicos do Espírito Santo - ARSP-ES para uma periodicidade anual.

Risco de taxa de juros

Este risco decorre de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN**CNPJ: 28.151.363/0001-47**

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.

No tocante a riscos de elevação a taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia ocorre em função do passivo líquido, indexado a variação da TR.

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos nas taxas de juros que afetam as dívidas da Companhia.

Sensibilidade da taxa de juros

A tabela a seguir demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros nessa porção de empréstimos a pagar. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o lucro da Companhia antes da tributação é afetado pelo impacto sobre empréstimos a pagar sujeito a taxas variáveis, como descritas a seguir:

	Aumento / redução em pontos-base	Efeito no lucro antes da tributação
31.12.2018		
R\$ 223.931.....	+ 0,5%	1.120
	- 0,5%	(1.120)
31.12.2017		
R\$ 195.034.....	+ 0,5%	975
	- 0,5%	(975)

A movimentação presumida em pontos base para a análise de sensibilidade a taxa de juros nas taxas atualmente praticada no

ambiente de mercado, não demonstrando que possam impactar o resultado da Companhia.

Perfil

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Valor contábil	
	31.12.2018	31.12.2017
Instrumentos de taxa fixa		
Ativos financeiros	562.120	443.609
Passivos financeiros	(302.113)	(251.884)
	260.007	191.725

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos financeiros de taxa fixa

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e não designa derivativos (swap de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de hedge de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Valor justo contra valor contábil

O valor justo dos ativos e passivos financeiros juntamente com os valores contábeis apresentados nas demonstrações contábeis, são os seguintes:

A Companhia reconhece seus créditos a receber pelo valor contábil, uma vez que os juros incidentes sobre as faturas de águas e esgoto são calculados entre a data de vencimento da fatura e o efetivo pagamento, momento que é reconhecido contabilmente:

31 de dezembro de 2018

	Nota	Mantidos até o vencimento	Ativos / Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	Total contábil
Caixa e equivalentes de caixa.....	4	-	165.698	165.698
Depósitos Vinculados	5	-	46.703	46.703
Contas a receber de clientes e outros créditos	6	-	151.261	151.261
Adiantamentos e convênios.....	8	-	6.071	6.071
Contrato de concessão indenizáveis	13	-	192.387	192.387
			562.120	562.120
Empréstimo bancário garantido	15	-	223.931	223.931
Fornecedores	14	-	39.438	39.438
Crédito de acionistas.....	20	-	38.744	38.744
			302.113	302.113

31 de dezembro de 2017

	Nota	Mantidos até o vencimento	Ativos / Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	Total contábil
Caixa e equivalentes de caixa.....	4	-	78.430	78.430
Depósitos Vinculados	5	-	32.787	32.787
Contas a receber de clientes e outros créditos	6	-	148.666	148.666
Adiantamentos e convênios.....	8	-	6.673	6.673
Contrato de concessão indenizáveis	13	-	175.884	175.884
			442.440	442.440
Empréstimo bancário garantido	15	-	195.034	223.931
Fornecedores	14	-	39.608	39.438
Crédito de acionistas.....	20	-	17.242	38.744
			251.884	302.113

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

Taxas de juros utilizadas para determinar o custo amortizado

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Empréstimos e financiamentos	6,52	6,52
	<u>6,52</u>	<u>6,52</u>

Taxa de desconto

A taxa de desconto aplicada aos fluxos de caixa da Companhia foi baseada na taxa de juros livre de risco para título de 10 anos emitidos pelo Tesouro Nacional, ajustada para um prêmio de risco para refletir os riscos relacionados a um investimento em títulos patrimoniais, o risco sistemático da TallTree PLC e o risco específico da Companhia, considerando que este não foi refletido nos fluxos de caixa.

I. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A Companhia deve, por força da lei, aplicar seu caixa excedente junto a instituições financeiras oficiais. Os riscos de crédito são atenuados pela venda a uma base de clientes geograficamente dispersa.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Parte substancial das vendas é pulverizada entre um grande número de clientes.

No caso desses clientes, o risco de crédito é mínimo devido à pulverização da carteira e aos procedimentos de controle, que monitoram esse risco. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para eventuais perdas na sua realização.

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente.

Conta-corrente, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo (*)

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
AAA	521	134
AA	97.452	58.086
AA-	265	160
A+	114.156	52.624
A	7	-
	<u>212.401</u>	<u>111.004</u>

(*) Conforme classificação de rating pela agência de risco Fitch Rating

II. Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras do governo estadual e federal, e financiamentos nos mercados internacionais e locais.

A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia dispõe de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacional.

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros liquidados pelo valor líquido, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo:

Faixas de vencimento (i)

	<u>Até 01 ano</u>	<u>Entre 01 e 03 anos</u>	<u>Entre 03 e 05 anos</u>	<u>Acima de 05 anos</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2018					
Empréstimos e financiamentos	12.589	27.195	27.722	156.426	223.931
Créditos de acionistas	38.744	-	-	-	38.744
Fornecedores e outras obrigações	38.622	816	-	-	39.438
	<u>89.955</u>	<u>28.011</u>	<u>27.722</u>	<u>156.426</u>	<u>302.113</u>
Em 31 de dezembro de 2017					
Empréstimos e financiamentos	11.482	25.064	24.280	134.208	195.034
Créditos de acionistas	17.242	-	-	-	17.242
Fornecedores e outras obrigações	39.608	-	-	-	39.608
	<u>68.332</u>	<u>25.064</u>	<u>24.280</u>	<u>134.208</u>	<u>251.884</u>

(i) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações legais e estatutárias como impostos, dividendos, juros sobre capital próprio, previdência complementar, provisões etc.

b. Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Total dos empréstimos e debêntures (Nota 15)	223.931	195.034
Menos: caixa e equivalente de caixa (Nota 04)	165.698	78.430
Dívida líquida	58.233	116.604
Total do patrimônio líquido	2.538.848	2.321.861
Total do capital	2.597.081	2.438.465
Índice de alavancagem financeira %	2	5
Índice de capital de terceiros %	2	5

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

23. PARTES RELACIONADAS

23.1. Governo do Estado

A Companhia é controlada diretamente pelo Governo do Estado com 85,61% das ações e de forma indireta por meio da Agência de Desenvolvimento em Redes do Estado do Espírito Santo com 14,16% de ações, totalizando 99,77% das suas ações. Os 0,23% remanescentes das ações são detidos por acionistas não controladores.

Além do saldo decorrente dos investimentos realizados pelo Governo do Estado por meio de aporte de recursos para realização de obras, conforme demonstrado na nota explicativa nº 20, as demais transações com partes relacionadas são decorrentes do fornecimento de água e dos serviços de esgotamento sanitário para os órgãos ligados à Administração Pública do Estado.

O detalhamento do saldo de contas a receber de órgãos públicos e os valores faturados até 31 de dezembro de 2018 estão demonstrados nas Notas nº6.1 e 25.1, respectivamente.

23.2. Remuneração administradores

A remuneração global anual dos Administradores para 31 de dezembro de 2018 pagos a título de remuneração foi no montante de R\$ 2.168 e benefícios no montante de R\$724:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Remuneração.....	2.168	1.899
Benefícios.....	724	662
	<u>2.892</u>	<u>2.561</u>

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1. Capital social

O capital social, em 31 de dezembro de 2018, é de R\$ 2.297.000.286 (R\$ 2.156.580.174 em 31 de dezembro de 2017), representado por 2.297.000.286 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada:

<u>Acionistas</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>%</u>
Governo do Estado do Espírito Santo.....	1.966.560.204	85,61%
Agência de Desenvol. em Redes do Espírito Santo.....	325.318.389	14,16%
Minoritários	5.121.693	0,22%
	<u>2.297.000.286</u>	<u>100%</u>

24.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e artigo 30, letra "a" do Estatuto Social da Companhia".

24.3. Dividendos

Para atender a essa disposição estatutária, a administração entende que os juros sobre capital próprios propostos cobrem o montante requerido, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Lucro líquido do exercício.....	191.791	126.665
Reserva legal (5%)	(9.590)	(6.333)
Realização da reserva de reavaliação.....	(6.366)	(6.366)
Base de cálculo dos dividendos.....	<u>175.835</u>	<u>113.966</u>
Dividendos (25%)	43.959	28.491
Juros sobre capital próprio.....	90.000	57.500
Imposto de renda retido na fonte.....	(30)	(20)
Valor líquido para distribuição	<u>89.970</u>	<u>57.480</u>

24.4. Reserva para investimentos

De acordo com o Estatuto da Companhia, em seu artigo 30, parágrafo 1º, letra "c", o lucro do exercício poderá ser destinado à constituição de reservas especiais a serem estabelecidas pela Assembleia Geral. Esta destinação é realizada somente ao final do exercício.

A Companhia apurou no exercício de 2018 o valor de R\$ 97.992 (67.962 em 31/12/2017) o qual propõe a retenção dos lucros para aplicação em novas obras nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário para o exercício de 2019 conforme detalhado abaixo e aprovado no Plano de Negócios da CESAN.

<u>Programas</u>	<u>Previstos 2019</u>		
	<u>Recursos Próprios</u>	<u>Outras Fontes</u>	<u>Total Previsto</u>
Implant. e Ampl. Sist. Abast. Água	53.497	42.734	96.231
Implant. e Ampl. Sist. Esgot. Sanitário...	91.425	110.339	201.764
Desenv. Operacional / Institucional	<u>61.923</u>	<u>13.378</u>	<u>75.301</u>
	<u>206.845</u>	<u>166.451</u>	<u>373.296</u>

24.5. Participação dos empregados nos lucros da Companhia

A Administração da Companhia, em consonância com o Estatuto Social, artigo 30, letra "d" do Estatuto Social da CESAN, distribui a seus empregados um percentual do lucro líquido do exercício, como participação dos empregados nos lucros da Companhia, intitulado GER – Gestão Empresarial por Resultados.

A GER consiste num programa interno de avaliação de desempenho baseado na Lei nº 10.101/2000, alterada pela Lei nº 12.832/2013 e aprovado pela Deliberação nº 4.392/2017 de 21/12/17, segundo esta Resolução o valor a ser distribuído será limitado a 15% do lucro líquido da empresa, observada a Lei nº 6.404/76 e demais regras contábeis vigentes.

A Companhia destinou do resultado apurado em 31 de dezembro de 2018 o montante de R\$13.290 (R\$9.638 em 31 de dezembro de 2017) para fazer face a esse compromisso.

<u>Participação dos empregados</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Início do Exercício.....	9.638	9.341
Pago no Exercício	(9.430)	(9.343)
Constituído no Exercício	<u>13.082</u>	<u>9.640</u>
Final do Exercício	<u>13.290</u>	<u>9.638</u>
Lucro de Exercício	191.791	126.665
Reversão da GER.....	<u>13.083</u>	<u>9.641</u>
Lucro Após Reversão da GER.....	204.874	136.306
Reversão da CSLL sobre a GER.....	<u>(11.312)</u>	<u>8.796</u>
Lucro do Exercício para GER.....	193.562	127.510
Recálculo Benefício Fiscal (JSCP)	<u>5.909</u>	<u>3.983</u>
LUCRO PARA DISTRIBUIÇÃO	199.471	131.493
Valor máximo a distribuir - 15%	<u>29.921</u>	<u>19.724</u>

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Número de economias		Valores em R\$ mil	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Fornecimento de água				
Residencial	814.963	805.740	433.278	411.204
Comercial	67.145	68.440	84.354	82.465
Industrial	992	1.019	68.709	63.334
Órgãos públicos.....	4.657	4.688	38.481	36.698
Outras receitas do fornecimento de água	-	-	6.393	6.748
	887.757	879.887	631.215	600.449
Serviços de esgotamento sanitário				
Residencial	470.404	446.023	193.254	169.393
Comercial	41.689	40.986	51.366	46.805
Industrial	572	563	4.472	4.182
Órgãos públicos.....	2.044	1.999	16.938	14.715
Outras receitas dos serviços de esgoto	-	-	901	380
	514.709	489.551	266.931	235.475
			898.146	835.924
(-) Deduções da receita				
PIS.....			(15.100)	(13.979)
COFINS.....			(69.932)	(64.646)
			(85.032)	(78.625)
Total.....			813.114	757.299

25.1. Faturamento com partes relacionadas

As receitas por serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário para órgãos vinculados ao Estado do Espírito Santo são abaixo demonstradas.

Nome	31.12.2018	31.12.2017
Arquivo Público Estadual.....	15	12
Banestes	104	93
Bandes	23	17
Assembleia Legislativa	247	215
Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória.....	996	950
Corpo de Bombeiro Militar	68	65
Departamento Imprensa Oficial	8	12
Depto Estradas de Rodagem	55	37
Detran do Espírito Santo.....	75	166
Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo.....	29	19
Estado do Espírito Santo.....	192	153
Faculdade de Música do Espírito Santo.....	18	16
Hospital da Polícia Militar	661	711
Iema - Instit. Est. Meio Ambiente e Recursos Hídricos	83	85
Inst. Atend. Sócio Educativo ES.....	564	597
Inst. Capixaba de Pesquisa Assist. Técnica Ext. Rural	44	30
Inst. de Defesa Agrop. e Florestal do ES ...	59	54
Inst. de Tecnologia da Informação e Comunicações do ES.....	24	16

Nome	31.12.2018	31.12.2017
Inst. Jones dos Santos Neves.....	16	13
Ipem - Instituto de Pesos e Medidas do ES	14	13
Ipajm - Instituto de Previdência do Espírito Santo	25	26
Junta Comercial do ES Jucees	18	6
Ministério Pub. do Estado ES	196	168
Polícia Civil Delegacias Distritos.....	321	244
Polícia Militar do Estado do Esp. Santo.....	636	574
Procuradoria Geral do Estado - PGE.....	23	22
Rádio e TV Espírito Santo	21	9
Secr. de Estado Assist. Social e Trabalho...	-	2
Secr. de Estado da Saúde	3.742	3.839
Secr. de Segurança Pública	75	80
Secr. de Ciência e Tecnologia.....	54	36
Secr. Estadual da Agricultura.....	573	606
Secr. Estadual da Cultura.....	60	45
Secr. Estadual da Fazenda.....	59	61
Secr. Estadual da Justiça	9.595	8.803
Secr. Estadual de Esportes e Lazer.....	260	253
Secr. Estadual de Educação.....	4.558	4.246
Secr. Estadual Gestão e Recursos Humanos.....	118	109
Tribunal de Contas do Estado	84	75
Tribunal de Justiça	811	700
Outros	5	3
Total Geral.....	24.529	23.181

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

26. CUSTOS DE SERVIÇOS PRESTADOS

	31.12.2018	31.12.2017
Despesas com pessoal	(114.099)	(106.856)
Despesas com materiais	(16.969)	(17.773)
Despesas com serv. terceiros	(122.466)	(109.925)
Depreciação/Amortização	(89.337)	(79.737)
Energia elétrica	(90.573)	(84.760)
	(433.444)	(399.051)

27. RESULTADO FINANCEIRO

As receitas e despesas financeiras estão demonstradas como segue:

	31.12.2018	31.12.2017
Receitas de juros e acréscimos	27.550	16.606
Receitas financeiras de ganho com aplicações	9.187	9.015
Outras receitas financeiras	842	222
	37.579	25.843
Despesas com juros e demais encargos de financiamentos	(14.330)	(16.661)
	(14.330)	(16.661)
Resultado financeiro	23.249	9.182

28. DESPESAS COMERCIAIS

As despesas comerciais estão demonstradas como segue:

	31.12.2018	31.12.2017
Perdas no recebimento tarifas	(53.821)	(59.404)
Despesas com serv. de terceiros	(34.830)	(29.731)
Despesas com pessoal	(21.943)	(18.520)
Despesas com materiais	(61)	(45)
Reversão de perdas	10.570	8.997
Outras despesas	(3.786)	(4.278)
	(103.871)	(102.981)

29. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	31.12.2018	31.12.2017
Despesas com pessoal	(58.780)	(66.605)
Despesas com materiais	(3.370)	(2.608)
Despesas com serv. de terceiros	(21.239)	(23.155)
Despesas tributárias	(5.797)	(16.335)
Outras despesas	(3.817)	(6.542)
	(93.003)	(115.245)

30. OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS

	31.12.2018	31.12.2017
Subvenções para investimentos	3.801	2.159
Venda de bens do imobilizado	1.559	-
Vistorias e obras encomendadas	1.191	-
Pequenas receitas eventuais	985	3.206
Constituição de provisões	(12.222)	(26.015)
Reversão de provisões	11.662)	16.602
Custo de bens baixados	(1.269)	(1.337)
Outras despesas e receitas	-	(2.126)
	5.707	(7.511)

31. CONCILIAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa nominal da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada na Demonstração de Resultado, é como segue:

	31.12.2018	31.12.2017
Resultado antes dos Impostos	201.699	134.593
Juros sobre Capital Próprio	(90.000)	(57.500)
Base de Cálculo	111.699	77.093
Adições	2.201	14.048
Exclusões	(3.807)	(3.056)
Lucro Real	110.093	88.085

	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	9.908	-	7.928
Incentivos Fiscais	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Nominal	-	9.908	-	7.928

Efeitos fiscais incidentes sobre:

Prejuízos fiscais				
Regime Tributário Transitório - RTT	-	(243)	-	295
IRRF / CSRF	-	(3)	-	(4)
Outros	-	(30)	-	5
Imposto de Renda e Contribuição Social - despesa efetiva	-	9.632	-	8.223
Alíquota Efetiva	8,62%		10,67%	

31.1. Imunidade Tributária sobre impostos federais "Ação Cível Ordinária nº 2730"

Através da Ação Cível Ordinária nº 2730 transitada em julgado pelo Supremo Tribunal Federal na data de 04/05/2017 foi concedido a Imunidade Tributária sobre impostos federais:

"...Conheço da ação quanto ao pedido de reconhecimento da imunidade recíproca (art. 150, VI, "a", CF) e de declaração inexistência de relação jurídica-tributária entre a União e a CESAN. Julgo os parcialmente procedentes, com fundamento no art. 21, § 1º, do CPC, para declarar a imunidade recíproca (e consequente inexistência de relação jurídica entre a Autora e a Ré que obrigue a primeira ao recolhimento de impostos federais) sobre bens, rendas e serviços da Autora utilizados na satisfação dos seus objetivos institucionais, excluídas eventuais atividades de exploração econômica, incrementem seu próprio patrimônio, do Estado, ou de particulares integrantes do capital social da empresa."

Com essa decisão a Companhia não realizará apuração e pagamento do IRPJ e outros impostos federais.

Em 27/06/2017 a CESAN peticionou na Justiça Federal no Espírito Santo Ação de Repetição de Indébito Tributário sob o nº 0017829-38.2017.4.02.5001 solicitando a restituição do Imposto de Renda pago pela Companhia nos últimos 05 anos no valor de R\$ 89.378.851,14 (oitenta e nove milhões, trezentos e setenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e um reais e quatorze centavos), atualizado pela SELIC.

32. SEGUROS

A Companhia possui contrato de Seguro de Garantia Judicial com a finalidade de garantir valores que seriam depositados e/ou bens penhorados em processos judiciais nas esferas cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais. Em 31/12/2018 existem 14 apólices representando 14 processos judiciais no montante de R\$ 13.694 com a Junto Seguros.

A Companhia também firmou contrato com a Berkeley International do Brasil Seguros S/A para cobertura securitária na modalidade de responsabilidade civil para conselheiros, diretores e administradores da Cesan (D & O - Directors and Officers) com abrangência Nacional, tendo como limite máximo de Indenização R\$ 20.000, com vigência do contrato por 365 dias com encerramento em 30/07/2019.

A Companhia também firmou contrato com a empresa Gente Seguros cujo objeto é a prestação de serviços de seguro de vida em grupo, contemplando cobertura de indenizações referentes à morte natural ou acidental, invalidez permanente por acidentes ou doença funcional, destinado aos empregados ativos e dirigentes da CESAN, conforme estabelecido na Cláusula Décima Nona do Acordo Coletivo 2018/2019 (ACT). Em 31/12/2018 existem 1.306 empregados cobertos pelo segu-

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

ro, o valor do prêmio para morte natural são R\$ 45 e para morte acidental são R\$ 90, no caso de doença ou acidente em que o empregado tiver seqüela permanente de alguns dos membros do corpo o valor é calculado de acordo com a tabela da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Comprometimento de capital

A Companhia assinou contratos para construção de novos empreendimentos em que as obrigações são contabilizadas à medida que os

serviços são executados. Listamos a seguir os valores a vencer dos principais contratos com empreiteiros e fornecedores em aberto em 31 de dezembro de 2018:

31 de dezembro de 2018	Até 01 ano	Entre 01 e 03 anos	Entre 03 e 05 anos	Acima de 05 anos
Comprometimento de Capital.....	315.311	203.626	204.955	1.442.628

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

Carlos Aurelio Linhalis

Diretor-presidente

Weydson Nascimento Ferreira

Diretor Administrativo e Comercial

Rodolpho Gomes C6

Diretor Operacional

Thiago José Gonçalves Furtado

Diretor de Engenharia e Meio Ambiente

Edmar José Zorzal

Gerente Financeiro e Contábil CRC-ES 6664-O

Reginaldo José de Castro

Contador CRC-ES 11.475-O

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e acionistas da
Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN
Vitória - ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("**CFC**"), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Reclassificação de valores correspondentes ao exercício anterior

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, onde determinados valores incluídos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados para melhor comparabilidade.

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ: 28.151.363/0001-47

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso

- relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 20 de março de 2019

BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC 2 SP 13846/0-1-S - ES

Paulo Eduardo Santos

Contador CRC 1 MG 078750/O-3 - S ES

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, na qualidade de membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN, dentro de suas responsabilidades legais, procederam aos exames do Relatório de Administração, das Demonstrações Financeiras e da Proposta para destinação dos Lucros do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, e baseados nos documentos examinados, nas informações recebidas da

Administração e no Relatório dos Auditores Independentes BDO RCS Auditores Independentes, datado de 20 de março de 2019, são de opinião que os mesmos refletem em todos os seus aspectos materiais a posição patrimonial e financeira da Companhia Espírito Santense de Saneamento CESAN manifestando-se favoráveis e recomendando neste sentido, a sua aprovação integral pela Assembleia Geral de Acionistas.

Vitória, ES, 15 de Abril de 2019.

Alaimar Ribeiro Rodrigues Fiusa
Conselheiro

Davi Diniz de Carvalho
Conselheiro

Edson Luiz Bermudes Ferreira
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EXERCÍCIO DE 2018

Os membros do Conselho de Administração da Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN, em reunião realizada nesta data, procederam ao exame do Balanço Patrimonial e respectivas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro

de 2018, cujo Ativo/Passivo soma o montante de R\$ 3.171.993.690,00 (três bilhões, cento e setenta e um milhões, novecentos e noventa e três mil, seiscentos e noventa reais), aprovaram e opinaram pela sua aprovação, com base no Parecer da Auditoria Externa Independente.

Vitória, 16 de Abril de 2019.

Rafael Grossi Gonçalves Pacífico
Presidente do C.A.

José Marcos Travaglia
Conselheiro

Cláudia Vera Dallapicola Teixeira Contarato
Conselheira

Carlos Aurélio Linhalis
Conselheiro

Nery Martins de Moraes Neto
Conselheiro

José Alves Paiva
Conselheiro

Pedro Meneguetti
Conselheiro

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA - ESTATUTÁRIO - 2018

Aos Conselheiros de Administração da Companhia de Espírito Santense de Saneamento - CESAN

1) Apresentação

O Comitê de Auditoria Estatutário (CAU) da Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN é órgão previsto no Estatuto Social, conforme aprovação na Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas de 31/07/2017, instalado por decisão tomada na 884ª Reunião do Conselho de Administração de 26 de abril de 2018 (Deliberação 4426/2018), sendo composto por três membros externos que não compõe o Conselho de Administração.

O CAU é órgão colegiado, permanente, consultivo e com autonomia operacional, auxiliar ao Conselho de Administração, ao qual se vincula. As funções e responsabilidades do Comitê são desempenhadas em cumprimento às previsões legais aplicáveis, disposições estatutárias e as definições de seu Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração.

Compete ao CAU supervisionar a execução de atividades nas áreas de controle interno, de Auditoria Interna e de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, bem como dos Auditores independentes, opinando sobre sua contratação, além de avaliar e monitorar

exposições de risco e a adequação das transações com partes relacionadas.

A BDO RCS Auditores Independentes SS é a empresa responsável pelo exame e emissão do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras dos exercícios 2017 e 2018.

As áreas de Controles Internos (Coordenadoria de Riscos e Conformidade - P-CRC) e de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia (Gerência Financeira e Contábil - A-GFC) são subordinadas a diretorias da Companhia, e a área de Auditoria Interna (Auditoria - C-AUD) é subordinada ao Conselho de Administração, supervisionada pelo CAU, conforme Manual Organizacional e demais normativos da CESAN.

As avaliações do Comitê se baseiam nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da Auditoria Interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de sua atuação de supervisão e monitoramento.

2) Atividades do Comitê de Auditoria Estatutário em 2018

O CAU, eleito em 26 de abril de 2018, reuniu-se em diversas reuniões próprias no exercício social de 2018, tendo havido, conforme registros internos, participação de membros diversos da administração da Companhia (Diretores, Gerentes, Coordenadores, dentre outros), além de auditores internos e independentes, conforme convites realizados pelo CAU.

Em face às peculiaridades próprias de um primeiro ano de atividades, parcial, o CAU desenvolveu um intenso processo de conhecimento dos negócios da Companhia e de familiarização com suas principais áreas de risco, políticas, mecanismos de controle e suporte de governança.

Nesse sentido, ao longo dos 8 (oito) meses de atividade em 2018 o CAU realizou 12 (doze) reuniões próprias, contando, de acordo com os assuntos tratados, com participação de membros diversos da administração da Companhia.

Nessas reuniões foram abordados, em especial, assuntos relacionados com as demonstrações financeiras, processos contábeis, gestão de riscos e de controles internos.

Os membros do CAU também compareceram a 7 (sete) reuniões ordinárias do Conselho de Administração da Companhia, a fim de tratamento dos itens componentes de suas atividades, com discussão de relatórios e comentários a respeito das demonstrações financeiras e controles internos.

As atas das reuniões do CAU são distribuídas nas reuniões do Conselho de Administração, ocasião em que, de acordo com sugestões e demandas do Conselho, os Membros do CAU relatam e enfatizam aos Conselheiros os assuntos mais relevantes e pertinentes, identificados nas atividades do CAU. Os extratos das atas, após avaliação do Conselho, são disponibilizados no site da CESAN.

As principais atividades realizadas foram:

- Acompanhamento do Plano Anual da Auditoria Interna, aprovado pelo Conselho de Administração em janeiro/2018, sua execução, relatórios emitidos, conhecimento dos pontos levantados e das recomendações, como também as providências tomadas pela administração da Companhia;
- Discussão e avaliação dos trabalhos da auditoria independente para o exercício social de 2018, dos níveis de relevância e das áreas de risco por eles identificadas, bem como da sua satisfação na obtenção de evidências sobre as principais operações da Companhia;
- Conhecimento e avaliação do planejamento dos trabalhos da auditoria interna para o exercício social de 2019, bem como discussões conjuntas com a auditoria interna e membro do Conselho de Administração sobre desenho de atividades da unidade interna;
- Acompanhamento do sistema de controles internos e das medidas aplicadas para gestão de riscos com base nas reuniões com os auditores internos, auditores independentes e membros da administração da CESAN;
- Acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações financeiras e informações trimestrais, mediante reuniões com os administradores da Companhia, auditores internos e auditores independentes;
- Avaliação do objeto a constar em termo de referência para contratação de consultoria para implementação de sistema de gerenciamento de riscos;
- Avaliação dos requisitos para seleção dos auditores independentes para o biênio 2019-2020, por meio de procedimento licitatório;
- Aprovação de propostas de Regimento Interno do CAU e seus Planos Anuais de Trabalho de 2018 e 2019;
- Avaliação, em fevereiro de 2019, das hipóteses e resultados atuariais dos Planos Previdenciais e Assistenciais administrados pela Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN – FAECES;
- Avaliação, em fevereiro de 2019, da independência da Auditoria Interna.

3) Recomendações para melhorias nos processos de negócios

Nos diálogos dos Membros do CAU com a A-GFC, foram definidos planos de trabalho para consolidação de entendimento ou eventuais tratamentos de itens recomendados pela Auditoria Independente, tendo sido acompanhados pelo CAU, conforme registros em Atas das reuniões e encaminhamentos específicos.

Também foram mantidos diálogos com a Auditoria Interna de forma a implementar melhoria nos processos de definição de escopo de trabalhos de auditoria e elaboração dos relatórios de auditoria interna, tendo sido acompanhados pelo CAU, conforme registros em Atas e encaminhamentos específicos.

4) Avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos

Os Membros do CAU mantiveram contato periódico com a P-CRC acompanhando o processo de construção de procedimentos para controles internos, tendo avaliado os requisitos propostos para constar em eventual contratação de consultoria para a implementação de processo de gerenciamento de riscos, bem como sugerido concentração de esforços, em primeiro momento, à estruturação do gerenciamento de riscos, voltado especialmente à melhoria dos processos de medição e monitoramento, uma vez que os riscos corporativos já vêm sendo identificados pela Companhia.

5) Avaliação da efetividade das auditorias independentes e interna

Nos diálogos dos Membros do CAU com as auditorias interna e independente foram apreciados seus planejamentos de trabalho e conhecidos os seus resultados, conclusões e recomendações, tendo sido acompanhados pelo CAU, conforme registros em Atas e encaminhamentos específicos, as providências para melhorias ou correções necessárias, inclusive com monitoramento de Plano de Ação específico conduzido pela A-GFC.

6) Avaliação da qualidade das demonstrações financeiras

As revisões das demonstrações contábeis dos trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro, foram praticadas com os responsáveis por sua elaboração e com os auditores independentes, tendo havido discussões sobre as recomendações em cada período e definição de plano de ação para consolidação de entendimento ou tratamento de eventuais itens passíveis de melhoria.

O procedimento também foi adotado também para a demonstração anual para o ano findo em 31 de dezembro de 2018.

7) Conclusões

As opiniões e julgamentos do CAU repousam nos dados e informações que lhe são apresentadas pela Administração da Companhia (em especial as áreas Financeira e Contábil, Gestão de Riscos e Auditoria Interna) e da Auditoria Independente.

Com relação à Auditoria Independente, o CAU não identificou situação que pudesse afetar sua independência e objetividade em relação à CESAN, bem como não tem conhecimento, até o momento, de quaisquer divergências significativas entre a Administração, os Auditores Independentes e o próprio CAU.

Quanto à estrutura de controles internos e a gestão de riscos, o CAU considera haver um planejamento satisfatório para a implementação dos mecanismos de gerenciamento de riscos, considerado o porte e complexidade dos negócios da Companhia, o que deverá ser efetivado nos próximos exercícios, sugerindo atenção especial à eventual alocação de recursos na contratação de consultorias externas especializadas ou estruturação interna, voltadas especialmente à melhoria dos processos de medição e monitoramento, uma vez que os riscos corporativos já vêm sendo identificados pela Companhia, bem como avaliação do dimensionamento de profissionais da área.

Com relação à Auditoria Interna, os resultados de sua atuação no transcorrer de 2018, vinculados a Plano de Auditoria definido pelo Conselho de Administração, não revelaram desvios ou falhas insanáveis nos procedimentos relacionados com a efetividade dos controles internos adotados pela Companhia, havendo aderência das medidas adotadas e registradas pelas unidades da companhia às políticas e práticas estabelecidas pela Administração e no atendimento de normas e regulamentos aplicáveis à atividade.

Foram discutidas possibilidades de melhorias no escopo de atuação e na estrutura organizacional da Auditoria Interna, incluindo avaliação de dimensionamento de profissionais, bem como nos procedimentos de fiscalização de contratos geridos pelas diversas unidades da CESAN, o que permitirá, no futuro, alguns aprimoramentos em relação à cobertura presentemente praticada e resultados observados. As sugestões de avaliação de melhorias futuras para a organização e estrutura da Auditoria Interna foram devidamente discutidas junto ao Conselho de Administração.

O CAU considera que todos os assuntos relevantes pertinentes à sua atuação, conforme Estatuto Social e Plano Anual de Trabalho, foram apropriadamente cobertos em suas diligências e discussões junto à Administração da Companhia, o que lhe permite concluir que foram adequadamente divulgadas nas demonstrações financeiras relativas aos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2018.

Após a apreciação das demonstrações do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e considerando o relatório do Comitê de Auditoria emitido em 17 de dezembro de 2018 e o parecer emitido pelos auditores independentes, sem ressalvas, o CAU recomenda ao Conselho de Administração, a aprovação das referidas demonstrações financeiras.

Vitória, 05 de Abril de 2019.

Leonardo de Resende Dutra
Coordenador

Wilma Chequer Bou Habib
Membro

Márcio Dilessa Lage
Membro